



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**A DISSEMINAÇÃO DO MEDO E DO ESPECTRO COMUNISTA EM
ERECHIM DURANTE O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964.**

WAGNER WILLIAM PEREIRA

ERECHIM/RS

2015

WAGNER WILLIAM PEREIRA

**A DISSEMINAÇÃO DO MEDO E DO ESPECTRO COMUNISTA EM
ERECHIM DURANTE O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964.**

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado ao Curso de
História, da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus
de Erechim, como Requisito para Obtenção do Título de
Licenciado em História.
Orientadora: Isabel Rosa Gritti

ERECHIM

2015

A minha mãe, Marli, por todas as vezes que me incentivou a buscar o conhecimento incansavelmente. Aos meus avós, por todo o apoio dado durante estes cinco anos. A minha namorada Atauana, que sempre me deu forças para continuar e por todo amor transmitido, e pôr fim aos queridos e amados mestres que me acompanharam nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, incansavelmente, e em primeiro lugar, à minha família. A minha mãe Marli, pelo incentivo constante na busca pelo conhecimento, sempre me orientando a não desistir dos meus objetivos, estando sempre ao meu lado nos momentos em que precisava tomar decisões.

Aos meus queridos avós Zeneide e Jandir, pelo exemplo de perseverança, e por todo amor incondicional dedicado a nossa família. Aos professores Doutores: Gerson Egas Severo, Gerson Wasen Fraga, Débora Clasen de Paula, Emerson Neves da Silva, por me orientarem e transmitirem parte de seus conhecimentos de uma maneira inspiradora e por me impulsionarem a dar o “salto epistemológico”; deixando de lado, o achismo do senso comum mostrando-me a importância da busca incondicional pelo conhecimento.

Em especial a grande doutora, “companheira”, “camarada”, Isabel Rosa Gritti, que tanto me auxiliou durante a execução deste trabalho. Por ter grande respeito e admiração por esta pessoa fantástica, a escolhi para ser minha orientadora, tendo a certeza que realizaríamos um grande trabalho. Ainda credito a estes, as indicações das melhores obras, e o caminho das grandes leituras, além, de seus exemplos de lutas e superações. Aos meus queridos colegas, que tantos bons momentos passamos juntos, em especial aos amigos e colegas Henrique Trizotto, Guilherme Adamczyk, e Aldori do Nascimento por tantos trabalhos, discussões, e viagens pelo universo surpreendente e fascinante da História.

Agradeço também a minha namorada Atauana, por toda a paciência de passar horas ouvindo as minhas exaltações, depois que eu saia das aulas cheio de sonhos e carregado de utopias. Por seu amor e incentivo, dando-me força a ir em frente e seguir traçando meu caminho na universidade. A todos os que lutaram pela instalação da Universidade Federal Da Fronteira Sul em Erechim, e por acreditarem nos sonhos dos jovens que, assim como eu, são oriundos da classe trabalhadora; por disponibilizarem a oportunidade de ingressar em uma Universidade Federal, através do Enem, algo impensável até algum tempo atrás. Por fim, a todos os que me auxiliaram de alguma maneira na conclusão deste trabalho, os meus sinceros agradecimentos.

“Eu aprendi que a coragem não é a ausência de medo, mas o triunfo sobre ele. O homem corajoso não é aquele que não sente medo, mas aquele que conquista por cima do medo.” (Nelson Mandela).

RESUMO

A disseminação do medo e do espectro comunista foi uma das artimanhas utilizadas pelos militares para associar todo o mal a governos comunistas. Para propagar essa paranoia, houve uma grande força conjunta, alimentada principalmente pelos militares para extirpar tudo o que pudesse ser associado ao comunismo, mas que contava com grande apoio da elite brasileira, de parte da classe média, setores conservadores da igreja e da mídia. Este trabalho buscou analisar como o medo foi disseminado e utilizado como válvula de repressão na cidade de Erechim. Para a análise deste contexto, o trabalho analisou fontes locais, como jornais, e deu voz a atores do período através de entrevistas. Pelo levantamento realizado foi possível retratar um pouco do discurso utilizado para a propagação do medo e mostrar como o governo instituído pelo golpe civil-militar de 1964 operava através de seus agentes opressores.

Palavras-chave: Disseminação do medo. Espectro Comunista. Golpe Civil-Militar.

ABSTRACT

The spread of fear and communist specter was one of the tricks used by the military to associate all evil the communist governments. To propagate this paranoia, there was a large joint force, fueled mainly by the military to root out everything that could be associated with communism, but had great support from the Brazilian elite of the middle class, conservative sectors of the church and the media. This study aimed to analyze the fear was widespread and used as repression valve in the city of Erechim. For the analysis of this context, the study analyzed local sources, such as newspapers, and gave voice to actors of the period through interviews. The survey it was possible to portray a little speech used to the spread of fear and show how the government established by the 1964 civil - military coup operated by their oppressors agents.

Keywords: Dissemination of fear. Communist spectrum. Civil - Military coup

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
2 O INTERVENCIONISMO AMERICANO	14
2.1 INTERVENCIONISMO AMERICANO NA 1ª GUERRA MUNDIAL	14
2.2 INTERVENÇÃO NA SEGUNDA GUERRA	16
2.2.1 A Patrulha Anticomunista.....	18
2.2.2 O Macarthismo.....	21
3 PRECURSORES DO GOLPE CIVIL MILITAR NO BRASIL E SEUS REFLEXOS EM ERECHIM	23
3.1 A UNIFICAÇÃO DOS DISCURSOS: MILITAR E MIDIÁTICO	35
4 O CLIMA DE MEDO E ANTICOMUNISMO EM ERECHIM: A CAÇA AOS SUBVERSIVOS	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS.....	54

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No ano de 2015 completou-se 51 anos de um movimento político-civil que articulado aos militares culminaria num golpe de estado em 1964. Este ato iria impor ao Brasil um dos períodos mais escuros de sua História Republicana. O golpe de estado se tornaria uma ditadura militar, que ceifaria vidas, sonhos e separaria familiares. Ainda hoje pessoas esperam por seus entes queridos procurando respostas sobre o que de fato ocorreu. Em memória daqueles que sofreram diretamente com o medo instaurado pelo regime militar, este trabalho propõe-se a manter vivas estas memórias progredindo no propósito de nunca mais ver o Brasil imergir em uma ditadura militar.

O presente trabalho tem como objetivo principal, verificar como as notícias vinculadas ao golpe civil-militar de 1964, circulavam pelos meios de comunicação de Erechim, e entre a sociedade civil no emergir do golpe, para assim analisar de que forma ocorreu a disseminação do medo e do espectro comunista, no qual, vinculou o comunismo sempre a uma ameaça ou perigo. Através da análise dos jornais de grande circulação em Erechim neste período, junto aos relatos de pessoas que sofreram perseguições diretas, ou sentiram-se acuadas pelos métodos coercivos impostos pelos militares, será possível dar embasamento a pesquisa.

Busca-se analisar de que forma e quais métodos foram utilizados para propagar o medo entre a sociedade Erechinense. Através das informações contidas nas fontes da mídia local, e de entrevistas com pessoas que vivenciaram o período, o trabalho terá elementos suficientes para fazerem-se análises e instigarem-se novas pesquisas. Foca-se nas percepções destas pessoas sobre o golpe civil-militar, e na análise do discurso da mídia feito pelos jornais. Contrapondo estas opiniões, dar-se-á a sustentação suficiente para se confirmar vestígios relacionados diretamente a disseminação deste medo, atrelado ao espectro comunista em Erechim durante a deflagração do golpe. Para Zygmunt Bauman:

O medo e o mal são irmãos siameses. Não se pode encontrar um deles separado do outro. Ou talvez sejam apenas dois nomes de uma só experiência - um deles se referindo ao que se vê e ouve, o outro ao que se sente. Um apontando para o "lá fora", para o mundo, o outro para o "aqui dentro", para você mesmo. (BAUMAN, 2008, p. 74)

Os jornais A voz da Serra de Erechim e o Diário de Notícias de Porto Alegre forneceram neste sentido, importantes indícios do clima de tensão e medo que pairava sobre Erechim. As entrevistas foram realizadas com o intuito de verificar o nível de percepção das pessoas sobre o período e sua pré-disposição para falar. Relatos de perseguições, torturas psicológicas e demais repressões serão postas a julgo frente às fontes encontradas.

Neste trabalho, a história oral, também se fará presente, uma vez que, para realizar pesquisas de caráter investigativo, faz-se cada vez mais necessário compreender a história recente vivida por pessoas ainda presentes. Sendo a história oral feita por pessoas, torna-se, no mínimo, uma fonte para elucidar um pouco de como o medo se instaurou em Erechim, na conjuntura do golpe civil-militar. Segundo o professor Philippe Joutard:

A força da história oral, todos sabemos, é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos ou, retomando a bela expressão de um pioneiro da história oral, Nuno Revelli, os "derrotados". Que ela continue a fazê-lo amplamente, mostrando que cada indivíduo é ator da história¹.

Este método de pesquisa, nos dá base para analisar o transcorrer dos fatos no emergir do golpe elucidado por atores do período. A história oral tem o papel de dar voz aos que no decorrer destes acontecimentos sentiram diretamente o golpe civil-militar. Assim, segundo Verena Alberti:

De modo geral qualquer tema, desde que seja contemporâneo - isto é, desde que ainda vivam aqueles que tem algo a dizer sobre ele -, é passível de ser investigado através da história oral. Contudo, como qualquer método, a história oral tem uma natureza específica que condiciona as perguntas que o pesquisador pode fazer. Em se tratando de uma forma de recuperação do passado conforme concebido pelos que o viveram, é fundamental que tal abordagem seja efetivamente relevante para a investigação que se pretende realizar (ALBERTI, 2005, p. 29-30)

¹ALBERTI, Verena. FERNANDES, Tania Maria. FERREIRA, Marieta de Moraes. **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p: 33.

O ambiente criado em Erechim, a partir do discurso do anticomunismo, e como a sociedade absorvia involuntariamente este sentimento, é nossa análise maior. A sociedade civil Erechinense, em 1964, estava assim como todo o restante da nação, apreensiva e em estado de alerta com relação à situação de instabilidade política e econômica pelo qual passava o Brasil.

Assim como no restante do país, os cidadãos Erechinenses acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos, sem entender ao certo o que estava por vir. Quais mudanças ocorreriam no cotidiano social, e de que maneira, isto seria absorvido no dia-a-dia. No início da década de 60, ser taxado de subversivo² ou de comunista, poderia trazer ao indivíduo muitos problemas. Analisando documentos, como os jornais que circulavam em Erechim neste período, foi possível perceber o quanto este discurso anticomunista se fazia presente. Além disso, foi perceptível o clima de medo e inquietação que pairava sobre a cidade.

Em Erechim, existia um homem escalado para ser o comandante do Destacamento Volante da Brigada Militar na região do Alto Uruguai Gaúcho, seu nome era Cel. Gonçalino Curio de Carvalho, responsável por liderar seus subordinados a realizarem torturas psicológicas, físicas, perseguições políticas e a prática de abuso de poder. Na notícia: “Aqui estamos para dar segurança e tranquilidade”, observa-se que algumas práticas coercivas já estavam sendo executadas por seus agentes. Apesar de Gonçalino afirmar que:

Eu desejaria que qualquer uma pessoa que foi agredida na sua detenção, ou que sofreram agressões mesmo fora desta prestação de serviços por praças meus, que trouxessem ao meu conhecimento. Dos presos políticos não tenho absolutamente conhecimento de nenhuma agressão ou violência e tenho quando na ocasião de pô-los em liberdade procurado um contato pessoal com todos perguntando se sofreram alguma coação moral ou se foram mal tratados e todos até agora tem sido unânimes em afirmar que tem sido muito bem tratados. (A Voz da Serra, 19 de Maio de 1964)

²A lei n 1.802 de 05 de janeiro de 1953 estabelecia que atos subversivos: Art. 1º São crimes contra o Estado e a sua ordem política e social os definidos e punidos nos artigos desta lei, a saber: Art. 2º Tentar: I - submeter o território da Nação, ou parte dêle, à soberania de Estado estrangeiro; II - desmembrar, por meio de movimento armado ou tumultos planejados, o território nacional desde que para impedi-lo seja necessário proceder a operações de guerra; III - mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional; IV - subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo; Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm> Acesso em 12 de maio de 2015.

A necessidade de manter-se a tranquilidade era um sentimento compartilhado por todos, e o espectro comunista utilizado para criar um clima de insegurança. Cita-se como ponto de partida para a análise da disseminação do medo propagado pelos militares, o que bem analisou Débora Regina Pastana, “É dessa forma que posturas autoritárias se consolidam em nossa sociedade e a cultura do medo nos mostra como o autoritarismo é interpretado e reproduzido³”.

Passados trinta anos do fim da ditadura civil-militar, e estando o Brasil numa nova tentativa de fortalecer a democracia, este trabalho também tem o intuito de relembrar os crimes cometidos contra a dignidade humana pelos militares durante este período para que estes não sejam ignorados e silenciados. Para que não sejam esquecidos.

³PASTANA, Débora Regina. **Cultura do medo e democracia: um paradoxo brasileiro**. 2005, p.192. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/2172/186>> Acesso em:13 de maio de 2015.

2 O INTERVENCIONISMO AMERICANO

Direcionando o trabalho para a disseminação específica do clima de medo, é necessário, entretanto, realizar um recorte vertical, e analisar como se desenvolveu, utilizou-se e nutriu-se como uma fonte de energia, o sentimento de medo entre a população pelos militares associados ao espectro comunista. Para tanto é necessário entender de onde os militares brasileiros encontraram respaldo para propagar este sentimento que se compartilhou entre a nação. A intervenção exercida mesmo que fora do contexto da ação militar feita pelos Estados Unidos durante o emergir do golpe civil-militar brasileiro, a fim de “proteger” o Brasil das influências de governos comunistas é um dos pontos de maior análise. Os Estados Unidos fomentavam pelo mundo um sentimento anticomunista, que gerava um clima de apreensão e medo.

Esta condição de salvaguardar a América não era novidade. Para Álvaro Nunes Laranjeira:

Tio Sam sempre foi egoísta, desde pequeno. Em 1823 quis o continente americano só para ele e o presidente James Monroe, sob o pretexto de refrear a cobiça europeia para com os países latino-americanos recém-libertos do jugo da Espanha e Portugal, apresentou em dezembro ao congresso mensagem destinada às potências do outro lado do Atlântico: toda incursão intervencionista nas Américas seria rechaçada pelos Estados Unidos. O grande irmão do Norte nomeava-se o guarda Belo do continente e institucionalizava pela doutrina Monroe a máxima “A América para os americanos”. Isto mostra que, o intuito americano de “proteger” os países da América fazia parte de seus interesses já havia algum tempo.” (LARANJEIRA, 2014, p.33).

2.1 INTERVENCIONISMO AMERICANO NA 1ª GUERRA MUNDIAL

Toma-se como ponto de partida para a análise intervencionista americana, a primeira grande guerra do século XX. No decorrer desta guerra, a posição adotada inicialmente pelos norte-americanos, foi de observação, para um possível intervencionismo, caso se fizesse necessário. A trílice entente, formada pelo Reino Unido, a França e o Império Russo, estava em guerra contra a Alemanha e o Império Austro-Húngaro, e no ano de 1917, se consolidava uma desgastante batalha que já havia ceifado milhares de vidas, na primeira grande guerra. Onde os

combatentes de posse de novas armas como, a metralhadora, combatiam constantemente nas trincheiras, num sangrento, horripilante e desumano combate, onde a defesa se sobressaía aos ataques, e os avanços eram quase inexpressíveis⁴³.

Neste contexto, os Estados Unidos, que antes do eclodir da guerra defendiam uma postura isolacionista, ao tempo que observavam o transcorrer do conflito, perceberam que poderiam transmitir ao mundo a imagem de pacificadores, ou intermediadores da paz mundial. No entanto, abasteciam de alimentos apenas os países da tríplice entente, de maneira que durante a Primeira Guerra, os Estados Unidos iriam sair da posição de devedores para tornarem-se credores da Europa.

Com a eclosão da Revolução Russa, o Império Russo, voltou as suas atenções para seus problemas internos, deixando de lado a tríplice entente. Este fato era bem visto pela Alemanha ao tempo que ameaçava a dívida contraída pelos países da Europa com os Estados Unidos, pois cada vez mais precisariam de armas e mantimentos para manter o desgastante conflito. A Alemanha via na retirada do Império Russo uma grande possibilidade de avançar e ganhar a guerra, além de ter a certeza de que os Estados Unidos manteriam abastecidos os países da tríplice entente.

Eis que a Alemanha resolve atacar e afundar alguns navios americanos. A partir daí, o sonho americano de ser o pacificador, adquiria outros ares, e o discurso de defensor da paz mundial engrossava e tornava-se justificável.

Em 06 de Abril de 1917, finalmente os Estados Unidos, declaram guerra contra a Alemanha, enviando um grande contingente de soldados treinados para o combate. Assim, posteriormente a guerra acabaria vencida pela Tríplice Entente e os Estados Unidos acabariam se tornando os maiores beneficiados, pois os países da Europa arcaram com os custos para manter a guerra.

⁴[...] Nos três anos e meio que se seguiram não houve mudanças significativas de posição. Essa era a Frente Ocidental, que se tornou uma máquina de massacre provavelmente sem precedentes na história da guerra. Milhões de homens ficavam uns diante dos outros nos parapeitos de trincheiras barricadas com sacos de areia, sob as quais viviam como e com ratos e piolhos. De vez em quando seus generais procuravam romper o impasse. Dias e mesmo semanas de incessante bombardeio de artilharia que um escritor alemão chamou depois de furacões de aço (EmstJünger, 1921) amaciavam o inimigo e o mandavam para baixo da terra, até que no momento certo levadas de homens saíam por cima do parapeito, geralmente protegido por rolos e teias de arame farpado, para a terra de ninguém, um caos de crateras de granadas inundadas de água, tocos de árvores calcinadas, lama e cadáveres abandonados, e avançavam sobre as metralhadoras, que os ceifavam, como eles sabiam que aconteceria. (HOBBSAWM, 1995, p. 32).

Esta breve exposição da interferência americana na primeira guerra serve de base para compreendermos seus interesses pelo poder econômico e político mundial. Logo após o fim da primeira guerra mundial, os americanos tornaram-se a principal economia do planeta e a partir deste acontecimento, acabariam intervindo em outros grandes conflitos do século XX, inclusive nas ditaduras da América Latina. Mas, antes de focarmos nas ditaduras, principalmente a brasileira, outro grande acontecimento contou com a intervenção americana. Foi a segunda guerra mundial (1939-1945). Assim como ocorreu na primeira guerra, os Estados Unidos adotariam uma postura um tanto “semelhante” a dos anos iniciais da primeira guerra. Uma estratégica postura de observação.

De fato, os americanos só entrariam na guerra, após o Japão, país imperialista, declarar apoio à Itália fascista de Mussolini e a Alemanha Nazista de Hitler. Até o ano de 1941, os Estados Unidos perpetuavam o discurso da “neutralidade”, mesmo que, era um fato reconhecido, o abastecimento de armas e mantimentos aos países aliados: Inglaterra, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e a França. Mais tarde, os Estados Unidos se aliariam a este grupo. No entanto não havia oficialização do apoio. Até, que em 07 de dezembro do mesmo ano, os japoneses atacaram bases norte-americanas como Pearl Harbor⁵. Estava declarada a guerra contra os países do Eixo composto por: Alemanha, Itália e Japão.

2.2 INTERVENÇÃO NA SEGUNDA GUERRA

No período entre 1929 e o início da II Segunda Grande Guerra em 1939, os países capitalistas mergulharam numa crise que abalou a economia dos mesmos.

⁵Ontem, 7 de dezembro de 1941 [...] os Estados Unidos da América foram [...] atacados por forças navais e aéreas do Império do Japão [...]. O ataque de ontem às ilhas havaianas causou severos danos às forças navais e militares americanas. Ontem, o governo japonês também lançou um ataque sobre a Malásia. Ontem à noite, as forças japonesas, atacaram Hong Kong, Guam, Filipinas, Wake e esta manhã os japoneses atacaram a ilha de Midway. O Japão, por conseguinte, empreendeu uma ofensiva de surpresa por toda área do Pacífico [...]. Peço ao Congresso que declare que desde o ataque [...] realizado pelo Japão neste domingo, dia sete de dezembro, passou a existir um estado de guerra entre os Estados Unidos e o império japonês. (SYRETT, 1995, p.311-312)

Nos EUA, o desemprego superou 20% da população economicamente ativa e produtiva.

Apesar de tudo isso, a economia americana continuava em marcha lenta e sofreu uma nova recessão em 1937: Roosevelt, atacado pela direita, resolveu "equilibrar o orçamento". Os sinais de recuperação firme só apareceram depois que a Inglaterra declarou guerra à Alemanha em maio de 1940 e começou a ordenar a compra de material bélico. Em 1941, ainda antes da Pearl Harbour a produção industrial estava 40% acima do nível observado em 1929, antes da depressão.

Os EUA entraram na guerra com reservas consideráveis de recursos não-empregados — tanto de capacidade industrial instalada quanto de mão-de-obra. Mas a forte recuperação promovida pela demanda militar iria exigir, muito rapidamente, a "conversão" da indústria civil. (BELLUZZO, 2004, p. 121/122)

Com relação à participação dos Estados Unidos nas grandes guerras, o mesmo Belluzzo, emite uma nota interessante, que demonstra como a sua estratégia e poderio econômico obtiveram sucesso, principalmente pelo fato de seu território não ter sido campo de batalha em nenhuma das guerras:

Neste sentido, a intervenção norte americana na II Guerra Mundial pode ser A participação americana nas duas guerras foi, sem dúvida, peculiar e decisiva. Não só entraram tardiamente nos dois conflitos—em 1917 e 1941 — como, protegidos pelos oceanos Atlântico e Pacífico, os EUA não sofreram danos em seu território continental. Assim, a utilização de seu enorme potencial econômico foi realizada em condições ideais: o "esforço de guerra" legitimou a centralização das decisões nos órgãos estatais de coordenação, ao mesmo tempo em que a "segurança" do território garantiu a incolumidade do aparato produtivo e das redes de transportes e comunicações. Isto, sem dúvida, estimulou o avanço tecnológico (sobretudo nos ramos eletroeletrônico, químico e metal-mecânico) e a ampliação da capacidade em muitos setores. Os setores de transportes e telecomunicações ligados à guerra sofreram verdadeiras revoluções estruturais. (BELLUZZO, 2004, p. 122)

Com o final da II Guerra, a dita nova ordem mundial se consolidou e polarizou o mundo em capitalistas e comunistas, aliados dos Estados Unidos versus aliados da União Soviética. Os Estados Unidos consolidaram sua hegemonia e buscaram

uma postura mais agressiva⁶, destoando daquela política isolacionista adotada no final da I Guerra. Exemplo disso foi à construção de instituições que aceleraram o desmoronamento da ordem liberal burguesa. O FMI e o Gatt seriam o suprasumo da nova política econômica americana.

Desse modo uma aliança espúria com a União Soviética foi consolidada com o intuito de acelerar a destruição dos resquícios do colonialismo inglês que ainda estavam vigentes na economia mundial.

Na sequência, os EUA adotaram uma estratégia que mudaria por completo a ordem mundial, que por consequência transformou o seu duelo com a URSS pelo controle da hegemonia econômica e política num complexo jogo de xadrez. Qualquer movimento em falso poderia colocar tudo a perder. As principais medidas adotadas foram:

- 1) a instalação de bases militares nas fronteiras no sistema socialista rival;
- 2) o apoio decidido à recuperação econômica das ex-potências do Eixo derrotadas e desarmadas;
- 3) a substituição no Oriente Médio do tabuleiro montado pelas ex-potências imperiais, França e Inglaterra;
- 4) a tentativa de estender a gendarmerie à escala global. Ao alcançar o extremo oriente, culminou na adoção de uma estratégia de contenção em relação à China, o que propiciou o desenvolvimento a convite do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan. (BELLUZZO, 2004, p. 124)

Neste complexo cenário, e por consequência das disputas com a União Soviética, os Estados Unidos estabelecem uma prática que se tornou recorrente ao longo da Guerra Fria: a Patrulha Anticomunista e o Macarthismo.

2.2.1 A Patrulha Anticomunista

⁶Para exercer uma política externa agressiva, o governo do democrata de Truman teria de convencer o congresso para tal, o que não era uma missão das mais fáceis: depois das eleições parlamentares de 1946, o congresso ficou com a maioria pertencente ao Partido Republicano, partido este cuja orientação política tendia, tradicionalmente, a favor de uma política isolacionista¹¹. Assim, a “criação” do inimigo soviético foi essencial para poder convencer o congresso da necessidade de uma política externa agressiva e participativa, pois os riscos da expansão comunistas eram muito grandes - mesmo não existindo, de fato, tais riscos. A guerra, então, continuou, mas com um outro inimigo: o nazismo sai de cena e entra o comunismo. (BIAGI, 2007, p.65).

A Patrulha anticomunista ganhou força com o advento da Guerra Fria, onde os EUA incorporaram, na sua política externa, a teoria de que a segurança estava ameaçada nas partes do planeta onde o comunismo começava a se fazer presente. Com isto adotaram a estratégia de conter o poder soviético a partir da organização de blocos militares principalmente com aqueles países estrategicamente aliados (OTAN). A criação da Escola Superior de Guerra (National War College), em 1946, foi o ponto de partida para a ideia de segurança coletiva, fomentando “a instalação de centros especiais para treinamento, qualificação e doutrinação de militares latino-americanos nos EUA.” (PADRÓS, 2007, p. 15). Esta escola no EUA, não foi única:

Igualmente, sob sua inspiração, foram constituídas escolas de formação militar na América Latina (Escola Nacional de Guerra do Paraguai, Escola Superior de Guerra da Colômbia, Escola de Altos Estudos Militares da Bolívia, Academia de Guerra do Chile, Escola Superior de Guerra do Brasil). (PADRÓS, 2007, p. 15)

Na América Central, mais especificamente, na região de ocupação no Canal do Panamá, “surgiram a Escola do Caribe, do Exército dos EUA (USARCARIB), em Fort Gulick (1949), e uma escola de treinamento de guerrilha, na selva, em Fort Sherman (1953),” (PADRÓS, 2007, p. 15) e tinham como objetivo “estruturar unidades avançadas de aperfeiçoamento profissional para oficiais.” (PADRÓS, 2007, p. 15). Essa aproximação com os militares da região facilitou o aumento da interferência nos assuntos internos, criando uma “rede de instrumentos a ser acionada imediatamente, diante de conjunturas instáveis e que, ao mesmo tempo, podia funcionar em períodos menos tensos, como mecanismo de acompanhamento, de vigilância e/ou de controle sobre os acontecimentos regionais.” (PADRÓS, 2007, p. 16)

Alguns convênios assinados após a aprovação da “Lei de Segurança Mútua” pelo Congresso dos EUA transformaram o Pentágono em uma central para a distribuição de informações militares e tecnologias muitas vezes obsoletas para os aliados locais. Para PADRÓS 2007,

Um dos mecanismos mais eficientes dessa correia de transmissão foi o treinamento das Forças Armadas e policiais, iniciativa altamente estratégica, pois foi o suporte para uma série de intercâmbios pontuais, que redundaram, ao longo do tempo, em ações positivas no esforço contrainsurgente e na preservação da região como espaço geopolítico do mundo ocidental. A “pentagonização” das forças de segurança da América Latina procurou estabelecer: a homogeneização doutrinária, a padronização de treinamento militar, a articulação de esforços civis-militares nacionais e regionais, a implementação de sistema de propaganda, a montagem de sistemas de informação e de intercâmbio, a venda de material bélico, o estabelecimento de vínculos pessoais e o relacionamento político, alinhado e dependente das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e dos interesses dos EUA. Em última instância, quanto mais se fomentaram as relações desse tipo com as elites políticas e militares locais, maior foi a possibilidade dos EUA administrarem uma grande capacidade de pressão sobre os respectivos sistemas nacionais. (PADRÓS, 2007, p. 16)

Com isso, a patrulha anticomunista tornou-se uma teia de relações que além de “prevenir” golpes comunistas, passou a controlar de maneira tácita a política econômica dos países aliados, não sendo segredo os EUA terem patrocinado os golpes militares no Cone sul.

O fornecimento de treinamento, doutrinação, armamento e suporte logístico às Forças Armadas da América Latina está inserido na perspectiva de envolver os atores locais na defesa de uma área percebida pelo Pentágono como inserida na sua segurança interna. A necessidade de multiplicar o treinamento de quadros policiais e militares levou à criação de novas escolas de instrução militar, como Fort Bragg, também na Zona do Canal, e Fort Benning e Fort Leavenworth, nos EUA. Outra medida importante foi a concentração de unidades especiais, estadunidenses, preparadas para entrar em ação imediata no subcontinente, caso fosse necessário. Desde 1962, Fort Gulik sediou o Grupo IV de unidades especiais - “boinas verdes” (SpecialAction Force for Latin América) – e dois batalhões de mariners (um outro batalhão foi instalado na base de Guantánamo, em Cuba). (PADRÓS, 2007, p. 20)

A força dessas unidades destacava-se:

Pela capacidade de rápida mobilização, podendo intervir em qualquer ponto do continente, diante de ameaças pontuais. Eram treinadas em táticas antiguerrilheiras e recebiam aulas de língua espanhola e portuguesa, o que era muito prático, diante da possibilidade futura de terem que se mover no meio de civis latinoamericanos. Tais unidades eram organizadas em 17 equipes (uma para cada país da região), destinadas a serem rapidamente transportadas diante da solicitação de qualquer governo “amigo”. Treinadas em cursos de “Operações Especiais”, especializaram-se em ações de

atentados, sabotagem, assassinatos, emboscadas, explosões, espionagem, incursões, vigilância e amedrontamento. (PADRÓS, 2007, p. 20)

Esta patrulha não se restringiu à América Latina, sua atuação também foi muito incisiva no sudeste asiático principalmente no Vietnã, território cujo exército norte americano sofreu muitas baixas acarretando em grandes problemas internos na sociedade estadunidense.

2.2.2 O Macarthismo

Outro elemento a ser destacado nesta política intervencionista norte-americana é o Macarthismo. Uma breve biografia do Senador Joseph McCarthy:

Nascido em 1908, numa fazenda relativamente modesta do estado de Wisconsin, Meio-Oeste dos Estados Unidos, McCarthy era formado em Direito pela Universidade de Marquette, Milwaukee, desde 1935. Entrou para a política como advogado praticante, primeiro no Partido Democrata e depois no Republicano. Juiz de Circuito, eleito em 1939, abandonou a magistratura três anos depois para se alistar no Corpo de Fuzileiros Navais, do qual foi oficial durante a guerra. (FERREIRA, 1989, p. 93).

O Senador McCarthy destacou-se na década de 1950 como o líder do anticomunismo patológico que reinou nos Estados Unidos no período. A sua “caça às bruxas” buscava encontrar agentes governamentais infiltrados ou mesmo cidadãos comuns com ideias vermelhas pró URSS ou comunistas. Um detalhe interessante é que o termo de “caça às bruxas” é uma clara alusão ao período do Santo Ofício.

Essa política paranoica colocava artistas e pensadores numa vala comum onde eram chamados de comunistas, mesmo não tendo afinidade alguma com as ideias, ou mesmo por serem humanistas. Um caso notório foi o de Charles Chaplin que saiu do país devido a perseguições políticas por suas ideias de cunho humanista.

Os eventos relacionados à política estadunidense voltada para a contenção do comunismo no pós Segunda Guerra Mundial comumente resultaram em um amplo cerceamento das liberdades civis e num vigoroso crescimento da religião. Nesse contexto, o macarthismo acelerou a deflagração de um dos mais significativos embates ideológicos dos EUA no século XX, em um momento, em que a propaganda aliada à mídia, incorporou-se ao arsenal de armamentos dos Estados. Essas foram algumas das características que aceleraram a intensa corrida armamentista, política e cultural, entre os principais protagonistas desse fenômeno, os EUA e a URSS; e que torna absolutamente possível a identificação de uma verdadeira “Guerra Cultural” após a Segunda Guerra Mundial. (VALIN, 2006, p.199)

McCarthy perdeu força principalmente após a queda de Stalin e da desastrosa campanha norte americana no Vietnã, todavia sua figura foi referência de uma política que demonizava o vermelho, que transformou os comunistas em comedores de criancinhas e principalmente, influenciou a indústria cinematográfica de Hollywood a estereotipar o regime comunista como algo a ser banido da terra, que era o suprasumo da maldade e do atraso humano.

3 PRECURSORES DO GOLPE CIVIL MILITAR NO BRASIL E SEUS REFLEXOS EM ERECHIM

Com o findar da Segunda Guerra Mundial, o mundo estava, portanto, dividido entre dois grandes blocos: o capitalista, tendo como principal representante os Estados Unidos, e o bloco socialista representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Esta bipolarização política e econômica durou um longo período, que se estendeu do pós-segunda guerra até o início dos anos 90. Neste período, o mundo acompanhou apreensivo o transcorrer da guerra fria; a disputa entre o “bem” capitalista frente ao “mal” comunista. Os estadunidenses buscavam vincular aos comunistas todos os malefícios causados a humanidade, através da propagação do medo, o que fez gerar entre a população mundial um grande temor ao comunismo.

Este temor pode ser encarado como uma forma de justificção estadunidense para a imposição de um sistema capitalista liberal sobre as maiores nações do mundo. Influenciariam de alguma maneira, as ditaduras do cone sul, sobretudo a brasileira, que tinha em uma de suas bases o exemplo americano no enfrentamento ao mal comunista para legitimar o golpe civil - militar que acabaria eclodindo em 1964. O jornalista Juremir Machado da Silva cita como exemplo, um aviso enviado em 1962, pelo então embaixador americano, Lincoln Gordon, alertando sobre os problemas que o então presidente João Goulart, o “Jango” poderia representar frente aos interesses americanos de manter o domínio sobre a América. Jango não era comunista, e apesar de ser um dos homens mais ricos do Brasil era um ferrenho defensor de políticas sociais, e contava com importantes apoios. Segundo GORDON:

[...] Goulart está fomentado um perigoso movimento de esquerda, estimulando o nacionalismo. Duas companhias americanas, a ITT e a Amforp, foram recentemente desapropriadas pelo governador Leonel Brizola. Tais ações representam uma ameaça aos interesses econômicos dos Estados Unidos. (GORDON, Apud Silva, 2013, p.13).

Isto implica em afirmar, que qualquer representante do comunismo, deveria ser combatido, a fim de garantir a soberania americana. Porém, antes mesmo de Goulart assumir a presidência da República, os militares já haviam interferido no seu

governo. Em 1961, quando da renúncia do então presidente Jânio Quadros, do qual Goulart era vice, os militares associavam à viagem que este havia feito à China neste período, como uma iniciativa de aliança com o país comunista. Fato este, que nunca se confirmou.

O que ocorre, é que os militares golpistas molduravam o golpe havia um bom tempo. E numa ocasião destas, havendo a oportunidade de atribuir ligações do então presidente João Goulart com a China comunista, traria aos militares a justificativa para intervir de alguma maneira. Até o ano de 1964, o Brasil já contabilizava em seu currículo antecessores golpes de estado. Para uma melhor compreensão é necessário traçar um panorama dos acontecimentos, que antecederam o golpe de 1964 para elucidar os golpes ocorridos no Brasil no séc. XX. Fora assim desde a Revolução de 1930, quando Vargas ascendia ao poder através de um golpe de estado que iria depor do cargo de presidente o Sr. Washington Luís, e impedia que o eleito Júlio Prestes assumisse o governo. Getúlio Vargas era empossado presidente de um governo provisório até o ano de 1934.

De 1934 até 1937, o Brasil viveu um governo constitucional por assim dizer, tendo à frente da nação o civil Vargas, que contava com a égide de uma constituição elaborada junto aos militares. De 1937 a 1945, o Estado Novo, também fora proclamado por um novo golpe, que contou com a articulação de um dos proclamadores do golpe de 1964, Olímpio Mourão Filho, que denunciava ao governo em 1937 um suposto plano comunista para a tomada do poder. Este plano ficou conhecido como plano “Cohen”, que mais tarde provou-se tratar-se de uma farsa.

Um teatro elaborado pelo governo, a fim de fomentar um imaginário anticomunista na nação. O plano Cohen não deixou documentos para análises mais minuciosas, tão pouco uma historiografia que aborda sua estrutura de planejamento e execução. Na década de 30, o que de fato ocorreu no Brasil foram os levantes comunistas, conhecido com a intentona comunista, em 1935 liderada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), tendo como principal líder, Luís Carlos Prestes, um capitão do exército, líder do movimento tenentista na década de 20, e que assumidamente tinha ideais de cunho socialista. Esta frente lutava e tinha como principais metas: O não pagamento da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras, o combate ao fascismo- frente ao governo Vargas (que contava com aspirações fascistas), e a reforma agrária.

Em 1961 os militares interviriam novamente. A renúncia de Jânio Quadros foi o motivo que faltava. Conforme Nelson Werneck Sodré:

A 25 de agosto de 1961, dia do Soldado, por coincidência, o presidente Jânio Quadros consumou a sua renúncia. Era uma sexta-feira. O vice-presidente João Goulart estava em viagem pelo oriente, e encontrava-se na China justamente, quando a renúncia ocorreu. Cabia-lhe, constitucionalmente, a presidência, exercendo-a, em sua ausência, o presidente da Câmara dos Deputados, sr. Ranieri Mazzili. [...] Empossado o presidente da Câmara dos Deputados, tratava-se, normalmente de avisar o vice-presidente, no exterior, para que regressasse e viesse assumir as altas funções que lhe cabiam. Ante saída dessa ordem, entretanto, - a do cumprimento da lei - os ministros militares decidiram, à revelia da nação, perturbar o processo normal de sucessão, antepondo a sua vontade à vontade do povo brasileiro. (SODRÉ, 1965, p. 372)

Ainda conforme Sodré (1965, p. 373) “Tudo isso, em termos conspirativos, sem anuência de qualquer poder, burlando a vontade popular e particularmente, consumando o crime, claramente previsto no Código Penal Militar, de sedição, com a agravante do uso do poder”. Os golpistas tomariam a dianteira do poder exercendo um governo autoritário ao seu bel prazer.

O real interesse dos militares era se apoderar do governo, tê-lo em mãos, usufruí-lo, desfrutá-lo, fazendo uso de suas artimanhas e atuações repressivas objetivavam sua busca. De 1961 a 1963, o Brasil seria um governo parlamentarista, sistema onde os poderes do presidente são reduzidos, o que mais interessava aos militares. Além do que, essa era a condição imposta de antemão por estes para aceitarem a posse de João Goulart. O parlamentarismo enfraqueceu o governo, criou limitações, e culminaria no golpe de 1964.

Porém, de fato, a disseminação até aqui vista do anticomunismo, atrelada ao enfraquecimento do governo João Goulart, dado pela instauração do parlamentarismo, não passava de uma justificativa inescrupulosa dos militares para distorcer o seu real interesse: dar o golpe e tomar o poder. Soma-se a isto o clima de insegurança criado pelos militares, que contavam com o apoio americano para a disseminação de tal fato. Conforme aponta o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante entrevista cedida em 1997 a Ronaldo Costa Couto, que organizou um conjunto de entrevistas com pessoas que vivenciaram diretamente o regime em um trabalho denominado: Memória Viva do regime militar, sobre o golpe de 1964:

[...] O dado concreto é que no Brasil nunca correu o risco de ser dominado pelos comunistas. É que existia uma orientação a nível internacional e o Brasil se submeteu a ela. Os Estados Unidos, na verdade impuseram ao Brasil aquele ritmo de ação desses governos, principalmente dos dois mais duros, o Costa e Silva e o Médici. Inventando terrorismo, inventando comunismo onde não tinha. E depois tem outra coisa: o medo de largar o poder. As pessoas gostam do poder. O poder é uma coisa filha de puta. As pessoas dizem que estão cansadas, que estão velhas, que trabalharam muito, mas ninguém larga o poder. E eu acho que os militares gostaram do poder. Se é verdade que eles fizeram o voto para evitar que o comunismo prevalecesse no Brasil, eles poderiam ter largado aquilo. Ter saído quatro anos depois sem nenhum problema. Eles gostaram do poder e não largaram mais. (COUTO, 1999 p. 252-253)

Neste mesmo sentido, a dissertação de mestrado apresentada por Caroline Silveira Bauer na UFRGS em 2006, sob o título: “Avenida João Pessoa, 2050 - 3o. andar: terrorismo de Estado e Ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)”, retrata a disseminação da cultura do medo, uma válvula de alívio utilizada pelos militares para legitimar o golpe. Segundo Bauer:

Esses regimes caracterizaram-se em sua forma repressiva pela imposição do medo e do terror, que acabaram por configurar uma “cultura do medo”, originária das práticas repressivas e da lógica da suspeição. No exercício da coerção física e psicológica, utilizaram-se, de forma institucional e racionalizada, de práticas como o sequestro, como forma de detenção: a tortura física e psicológica, como disseminadoras do medo: e a morte e desaparecimento, como políticas de extermínio. Além disso, a atuação do aparato repressivo de tais regimes não ficou circunscrita às fronteiras políticas de cada país, evidenciando a colaboração e cooperação desses aparatos no combate ao “inimigo interno”, estipulado pela “fronteira ideológica”. (BAUER, 2006: p. 16)

Ressalta-se, que o momento que antecedeu o golpe, era um período de derradeira tensão na América. Os Estados Unidos viam a Revolução Cubana como um sinal de alerta, uma vez que Cuba era a principal aliada dentro da América da URSS. A vitoriosa Revolução Cubana, “aquecia”, a já não tão fria guerra que se estendia por quase vinte anos. Esta, conjuntura, fez com que ocorresse uma aproximação maior dos Estados Unidos junto aos militares brasileiros, que já orquestravam o golpe contra governo de Goulart. Os mesmos sentimentos eram alimentados tanto por americanos quanto pelos militares brasileiros, o de manter a “paz” e a “ordem”.

Para Sodré:

Criou-se o estereótipo de que contra comunistas, e no conceito eram abrangidos todos os que defendiam os interesses nacionais e os princípios democráticos, tudo era válido: tratava-se, não de gente, de caricaturas humana, mas de animais perigosos, contra os quais todos os processos eram lícitos. (SODRÉ, 1965, p.259)

Associa-se neste bojo, a Escola Superior de Guerra⁷, criada e inspirada no modelo americano de poderio e organização de suas forças militares. A ESG incorporou a Doutrina da Segurança Nacional (DSN), patenteada pelos americanos e transmitida aos oficiais brasileiros através de cursos desenvolvidos nos Estados Unidos. Ananda Simões Fernandes em uma pesquisa intitulada: A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) Brasil; aponta que:

A Escola Superior de Guerra foi criada com base no modelo do National War College, quando os militares brasileiros que integraram a Força Expedicionária Brasileira (FEB), antes de retornarem ao Brasil após terem participado da Segunda Guerra Mundial, foram enviados aos Estados Unidos para entrar em contato com suas instituições militares de ensino. Ali, os oficiais brasileiros perceberam a demonstração da superioridade militar-bélica norte americana e o clima da Guerra Fria. (FERNANDES, 2009 p: 841)

Ainda, nesta mesma pesquisa, Fernandes aponta os ideais defendidos pela doutrina de segurança nacional:

A DSN foi a ideologia disseminada nessas instituições militares. As ditaduras civil-militares instituídas no Brasil, Bolívia, Uruguai, Chile e

⁷Durante dez anos (1954-1964), a ESG desenvolveu a teoria para intervenção no processo político nacional e, após 1964, passou a funcionar também como formadora de quadros para ocupar funções superiores no governo, formulando estrutura de poder e controle social materializada na publicação do Ato Institucional 1 (9 de abril de 1964), que estabeleceu eleições indiretas para presidente da República, com amplos poderes”, escreveu Maria Helena de Amorim Wesley, antropóloga e ex-aluna da Escola Superior de Guerra. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/sociedade-armadas-debate-militares-defesa-nacional-seguranca/escola-superior-de-guerra-de-segurana-nacional>. Acesso em: 19 de maio de 2015.

Argentina nas décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela aplicação de suas diretrizes. A DSN fundamentava-se na necessidade da segurança nacional para a defesa dos valores cristãos e democráticos do mundo ocidental, era a resposta ao “comunismo ateu”, tendo como base um virulento anticomunismo [...] (FERNANDES, 2009 p: 837)

O discurso afinadíssimo dos órgãos militares, contando com o aparato de suas alianças junto às elites, classes médias conservadoras e empresariais, norteavam a perseguição aos inimigos da nação. Esta patrulha anticomunista começava a ser apresentada aos jornais de Erechim no dia 10 de março de 1964. A notícia estampada na capa do jornal A Voz da Serra, deixa claro o que estava sendo proposto no Brasil por golpistas de cunho anticomunista. Segue:

Recebemos da legião brasileira anticomunista, o seguinte ofício que abaixo transcrevemos em sua íntegra:

São Paulo, 29 de fevereiro de 1964,

Ilmo Sr.

Redator chefe do conceituado jornal

A Voz da Serra

Erechim – R. G. do Sul

Prezado Senhor

Temos a satisfação de vir a sua presença a fim de solicitar a valiosa colaboração deste respeitável órgão de imprensa, no sentido de nos auxiliar a congregar todas as forças democráticas do Brasil dentro da “Legião Brasileira Anticomunista”, em defesa da nossa constituição e dos sagrados princípios democráticos. (Voz da Serra, p. 01, 10 de março 1964).

Os “comunistas”, “subversivos”, deveriam ser perseguidos, amordaçados, sufocados, pelo regime militar, que deveria ceifar qualquer movimentação contrária ao Estado. Segundo bem observa Enrique Serra Padrós:

A defesa contra esse suposto “inimigo interno” legitimava a não diferenciação entre a violência preventiva e violência repressiva. Passava-se a viver uma guerra interna. Inclusive, os golpes de Estado dados pelas coalizões civil-militares nos países do Cone Sul foram justificados como golpes contra insurgentes, isto é, preventivos, com a justificativa de impedir que o comunismo se instalasse ou, então, avançasse. Na concepção dessa doutrina, não há distinção entre política externa e interna. Esta compreensão nos ajuda a entender outro elemento crucial presente na Doutrina de Segurança nacional: as “fronteiras ideológicas”. O “inimigo interno” pode estar localizado em outro país (exilado, escondido), assim como o “inimigo interno” de outra nação também precisa ser combatido não somente pelo país que o abriga. [...] (PADRÓS, 2013 p.180)

Os militares brasileiros estruturaram a Doutrina de Segurança Nacional de acordo com a realidade brasileira, e acabou criando frutos, como o Serviço Nacional de Informação (SNI), principal órgão atuador dentro do regime militar.

Os americanos também já haviam deslocado navios de guerra até águas próximas a cidade do Rio de Janeiro, a “Operação “Brother Sam”⁸, estava pronta para uma possível intervenção militar. Esta era a forma dos americanos darem o aval para os militares brasileiros continuarem a marcha até o golpe. Outras correntes de apoio declarado iam subseqüentemente se aliando aos militares.

Dentre os civis a maior demonstração de apoio, fora do campo militar, foi a famosa “Marcha da família com Deus pela liberdade”, organizada por setores da igreja católica, conservadores, reacionários, empresários e outras camadas da sociedade civil, em resposta ao comício da Central do Brasil, feito por Goulart no dia 13 de março de 1964. Comício no qual Goulart, dava claros indícios de que o Brasil passaria por diversas reformas, o que incomodava muitos aos golpistas.

Para Sodré:

O desencadeamento do processo ocorreu inicialmente em 13 de março, quando se realizou gigantesco comício, ao lado do Quartel General do Exército. O fato de ter sido gigantesco, com mobilização popular extraordinária, evidentemente apoiada em muito ao fato de ser legal, isto é, bafejada pelo poder público, constituiu a primeira séria ameaça às forças do atraso, que só por isso se alarmariam consideravelmente, tal o horror que professam a povo, e particularmente a povo nas ruas e nas praças, proclamando as suas reivindicações. Isto lhes pareceu sempre a ignomínia suprema. Mas houve ainda mais, e isso é que as levou ao extremo limite do alarmar: o comício teve a garantia de tropas do Exército. Tropas de o Exército garantir comício popular pareceu o cúmulo do excesso, ato verdadeiramente subversivo. (SODRÉ, 1965, p.391-392)

Neste cenário umas das figuras de maior atuação e também um dos principais líderes do movimento golpista, o então governador da Guanabara, Sr. Carlos Lacerda, não titubeou ao declarar no dia 15 de março a tribuna de imprensa, “[...] o comício de ontem foi um assalto a Constituição e a honra do povo. O discurso do Sr. João Goulart é subversivo e provocador, além de estúpido. O candidato a

⁸Era um plano de contingência concebido em 1964 para responder ao agravamento da crise política no Brasil. A operação incluía uma força-tarefa naval e abastecimento de petróleo, gasolina, e derivados, além de armas e munição para os conspiradores. (RAPOPORT; LAUFER, 2000, p. 80-81)

candidato furou ontem a barreira da Constituição.” (Diário de Notícia, p. 01, 15 de março de 1964).

Lacerda foi um dos principais opositores de João Goulart. Opositor ferrenho e implicante, que ajudava a fomentar qualquer forma de repúdio a João Goulart. Para a oposição João Goulart estava elucidando seus reais objetivos, passando por cima da constituição, num claro sinal de suas ambições. A seguir trechos da mensagem enviada por João Goulart ao Congresso:

[...] O Presidente João Goulart sugere a concessão do direito de voto aos analfabetos e praças e a elegibilidade dos sargentos. Pede também ao Congresso que dê ao Executivo poderes para legislar. Sugere mais adiante, uma consulta popular (plebiscito) para apurar a vontade nacional sobre as reformas de base. Seriam chamados a se manifestar, num pronunciamento majoritário, todos os brasileiros maiores de 18 anos. Por outro lado, quer a abolição da vitaliciedade da cátedra, assegurada a seus titulares a estabilidade, na forma da lei, como um dos pontos da reforma universitária. Sugere a plena liberdade docente aos professores de qualquer dos níveis de ensino e advoga para que as universidades regulamentarão a seleção provimento e acesso de seu pessoal docente, bem como sistema departamental, ad referendum do Conselho Federal de Educação. Na parte que se refere a reforma agrária, a mensagem declara “imprescindível” reformar o parágrafo 16 do artigo 141 e artigo 147 da Constituição. No primeiro dispositivo seriam suprimidas a palavra “prévia” e a expressão “em dinheiro” (armas referentes à indenização nas desapropriações de terras). Em tais circunstâncias, o artigo 147 passaria ter a seguinte redação: “o uso da propriedade é condicionada ao bem social. A União promoverá a justa distribuição da propriedade e o seu melhor aproveitamento, mediante desapropriação por interesse social, segundo os critérios que a lei estabelecer”. (Diário de Notícias, p. 01, 17 de março de 1964).

Estas, entre outras propostas, como a reforma agrária, eram assombros para os detentores de grandes propriedades de terras, que viam na reforma a diminuição de alcance de suas propriedades e a consequente distribuição de renda sugerida por Goulart, como um afronte as garantias que lhes eram asseguradas na Constituição. O regime militar já se instaurava nas entrelinhas do jornal, antes mesmo do eclodir do golpe.

A cada anúncio do Presidente para uma melhor distribuição de terras, havia uma forte resistência por parte da mídia jornalística de Erechim. Ainda em 17 de março de 1964, o Diário de Notícias trazia em sua capa a notícia com a posição do representante do estado do Rio Grande do Sul, o Sr. Ildo Meneghetti. O governador acreditava que:

Ante os ataques ao Congresso Nacional, lamentavelmente feitos na presença de autoridades responsáveis pela salvaguarda da lei e da legalidade, não posso deixar de exprimir minha indignação e meu protesto, que é o protesto do povo rio-grandense, assim como em mais de uma oportunidade defendi a legitimidade integral do mandato do senhor Presidente da República quando esta foi questionada, agora defendo com a mesma firmeza o direito, as prerrogativas e a dignidade do Congresso Nacional. A inquietação e insegurança que vem solapando todos os setores da vida nacional põem grave risco as instituições democráticas. (Diário de Notícias, p. 01, 17 de março de 1964).

O então Presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli, que viria presidir o país logo após o golpe, e o Senhor Auro de Moura Andrade, presidente da câmara e do Senado, junto a outras lideranças políticas da UDN, PSD e PL, também externavam seu repúdio aos anúncios feitos por João Goulart.

[...] No Senado o Sr. Moura Andrade, presidente da casa, em resposta ao Presidente da República pronunciou longo discurso, no qual disse que “ninguém está acima da Constituição”. Por seu turno, na câmara o Sr. Ranieri Mazzilli afirmou que o Congresso saberá defender sua soberania. (Diário de Notícias, p. 01, 17 de março de 1964).

Ainda sobre o comício da central do Brasil, o então Chefe do Estado-Maior do Exército, General Castelo Branco, mandaria um aviso destinado aos oficiais alertando sobre o quão ameaçadoras eram as medidas anunciadas no referido comício⁹ E os jornais que circulavam por Erechim traziam notícias que demonstravam uma inclinação de apoio aos opositores do governo. Como bem exemplifica O Diário de Notícias do dia 21 de março de 1964, que noticiava em sua capa: “Democracia Mobiliza Nação” e exalta a marcha da família com Deus pela liberdade:

⁹Em 20 de março de 1964, o general Humberto Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, enviou uma circular reservada à oficialidade do Exército advertindo contra os perigos do comunismo. Esses temores se agravaram com a eclosão, no dia 28, de uma revolta de marinheiros e fuzileiros navais no Rio, concentrados na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_militares_e_o_governo_JG. Acesso em: 04 de junho de 2015.

Lançados como um desafio à própria consciência cívica da nação, os atropelados dos agentes subversivos – que culminaram com o comício do dia 13 na Guanabara- receberam o repúdio dos democratas brasileiros, que e mobilizaram para a defesa do regime das instituições ameaçadas. (Diário de Notícias, p. 01, 21 de março de 1964).

Estas posições sugerem que os golpistas já estavam utilizando locais estratégicos e grandes transmissores de informação como é o caso do jornal. No entanto, o que realmente era proposto pelo governo visava um melhor aproveitamento de terras improdutivas e não como os que pensavam que a descentralização das terras, pudesse lhes tirar das mãos o direito da propriedade da terra. Mesmo assim estas propostas eram vistas como uma manifestação comunista de João Goulart. Estava tudo encaminhado para dar embasamento ao golpe. Segundo bem colocou Ronaldo Costa Couto:

Executado pelas Forças Armadas, com apoio de amplos setores das classes média e rica, o golpe não surge como resposta a clamor popular. O povo não tem participação significativa. Planejado internamente, conta com a simpatia dos Estados Unidos. Está hoje comprovado que o governo norte-americano se mobilizou para intervir diretamente, caso necessário. Um claro envolvimento nos assuntos internos do Brasil. Isto não é surpreendente: O golpe de 1964 é essencialmente um subproduto da Guerra Fria, então exacerbada pela tensão no Vietnã, pela ebulição político-ideológica em muitos países, pela implantação do socialismo em Cuba e seus reflexos. A disputa das duas potências deita raízes mundo afora, favorecendo a proliferação de regimes autoritários. Brasil: 1964; Grécia: 1967; Peru: 1968; equador: 1972; Uruguai: 1973, Chile: 1973; Argentina 1976. Internamente, o golpe tem apoio quase maciço do empresariado, da maior parte da imprensa e da igreja, de amplos setores da classe média, da classe rica. Afinal, seu discurso é o da salvação da democracia, do reencontro do desenvolvimento, do fim da baderna, da eliminação da ameaça comunista e da corrupção. (COUTO 1999 p.17-18)

Esta soma de fatores, atreladas à disseminação de informações, que desqualificavam governos comunistas de outros países do globo, foi se proliferando pela sociedade, e o golpe militar, dava-lhes a certeza de que o Brasil não iria ser atingido pela maneira comunista de governar. Mesmo que, poucos de fato conhecessem e entendessem a conjuntura política do Brasil na década de 60, e muito menos mundial, a classe média, por exemplo, não hesitou em declarar apoio

ao golpe, sem focar em um horizonte próximo, apenas como uma forma de demonstrar repúdio às intenções reformistas de Goulart. Para Juremir Machado da Silva, a mídia foi outro forte aliado em apoio à intervenção militar. Como vemos a seguir:

[...] A elite conservadora, os Estados Unidos e a imprensa brasileira derrubaram-no com apoio de parte da classe média urbana e do empresariado. As reformas de base foram ardilosamente abortadas em nome de “democracia”, da ordem, da tranquilidade nacional, do progresso e do medo. A mídia conseguiu produzir a falsa ideia de que Jango estava isolado e sem qualquer apoio popular. Falsa manchete. (SILVA, 2014 p. 31)

Outro ponto alto que era bastante requisitado para que ocorresse uma intervenção militar diz respeito à hierarquia e disciplina militar. Para os militares estas jamais devem ser violadas e desrespeitadas e caso isso venha ocorrer deve ser impedida a qualquer custo. A seguir alguns trechos da notícia: “Ou as Forças Armadas acabam com “eles” ou “eles” acabam com as Forças Armadas”, redigida por Osório Tuwuty de Oliveira Freitas, em especial para o Diário de Notícias, do dia 29 de março de 1964:

Vejamos, agora, o que se está passando no Brasil. A hierarquia e a disciplina estão desaparecendo, rapidamente, no meio militar, desde que se iniciou o atual governo. Todo mundo sabe disso. Qualquer praça se dirige ao Presidente da República, ao Ministro da Guerra ou a outra autoridade, sem a menor cerimônia, exigindo, impondo ou indicando normas de ação. Praças revoltam-se quando bem entendem, como se verificou em Brasília e como se viu, agora, na Guanabara. Os menos graduados rebelam-se por qualquer motivo, pouco ligando a hierarquia ou a disciplina, dando de ombros a leis e a ordem que timbram em desmoralizar. [...] O ilustre e digno general Umberto de Alencar Castelo Branco, atual Chefe do Estado Maior do Exército, um dos melhores comandantes militares com que contamos, acaba de apresentar importante documento secreto aos generais seus subordinados que, segundo os jornais irá produzir efeitos profundos. Mãos a obra, pois, e já. Digamos como Aucides Etchegoyen: “se preciso, que rolem muitas cabeças, mas salvemos o nosso Brasil, o Brasil dos nossos antepassados, dos nossos filhos e que será de nossos netos”. (Diário de Notícias, p. 13, 29 de março de 1964).

Conforme o líder da marcha que culminaria no golpe militar, o General Olímpio Mourão, a intervenção militar haveria de ter a finalidade de depor do cargo

de presidente da república o senhor João Goulart. Em um pronunciamento transmitido pela Rádio Difusora de São Paulo, o General afirmou que:

O Senhor Presidente da República ostensivamente, se nega a cumprir seus deveres constitucionais tornando-se ele mesmo chefe do governo comunista. “Não merece ser havido como guardião da Lei Magna, e, portanto deve ser afastado do poder de que abusa, de acordo com a Lei e se terá, com a sua substituição mantida a ordem jurídica”. (Diário de Notícias, p. 03, 1º de abril de 1964).

Seguia-se a ordem dos acontecimentos. A movimentação das tropas militares veio a ocorrer em 31 de março de 1964, quando os comandados de Olímpio Mourão Filho, partiram durante a madrugada de Juiz de Fora/MG, rumo ao Rio de Janeiro¹⁰. Este movimento foi considerado como antecipado e prematuro na visão do primeiro presidente brasileiro designado após o golpe, general Humberto de Alencar Castelo Branco. No percurso, o discurso foi se alterando, a fim de se evitar um conflito com forças antimilitares.

Pelo Brasil logo após o golpe militar, algumas prisões começaram a ser feitas. O almirante Candido de Aragão, principal líder da revolta dos marinheiros, foi um dos presos. Conforme noticiou o Diário de Notícias, do dia 2 de abril de 1964, na notícia: “Preso o almirante Candido de Aragão”:

A rede da liberdade, sediada em São Paulo, informou que, o almirante fuzileiro Candido de Aragão, quando se encontrava no Aeroporto Internacional do Galeão, com o propósito de fugir de Guanabara foi preso e recolhido a uma unidade sediada na Velha cap., além de ter sido destituído do comando do Corpo de Fuzileiros Navais. (Diário de Notícias, p. 04, 2 de abril de 1964).

¹⁰Conforme alguns estudiosos, a saída do movimento golpista foi antecipado em alguns dias, com a proclamação do general Olympio Mourão Filho, em 30 de março de 64. O comandante da 4ª Região Militar, sediada em Belo Horizonte, mobilizou sua tropa com o apoio das forças públicas do estado de Minas Gerais, controladas pelo governador Magalhães Pinto, o golpe entrou em marcha contra o governo constitucional de João Goulart. (GUERRA, 2008, p. 57).

A arbitrariedade do regime militar começava a desabrochar, e uma caça constante a subversivos, inimigos internos da nação e comunistas. A partir de então, qualquer um que fosse contrário ao regime militar poderia vir a ser preso.

O golpe de 31 de março 1964 daria o governo aos militares que perduraria por longínquos 21 anos, até 1985. A partir do golpe civil-militar, o Brasil entraria em mais um regime obscuro de sua história, onde muitos dos direitos humanos foram deixados de lado, e práticas coercivas como a tortura, foram utilizadas para mostrar até que ponto um governo de exceção- onde os direitos são “privados”, pode chegar. Por isto, a necessidade de se traçar um panorama do período antecessor e consequente ao golpe civil-militar em 1964. Para se compreender em que momento político e social estava inserido o Brasil naquele período. Vê-se até agora que os militares apropriaram-se do poder, com o pretexto de salvarem a nação. Foca-se a partir de agora no afinamento do discurso militar e midiático e na disseminação do medo.

3.1 A UNIFICAÇÃO DOS DISCURSOS: MILITAR E MIDIÁTICO

Proclamado o golpe. Agora os militares dispunham de diversos apoios inclusive quase que totalitário da mídia, forte aliada para legitimar a ação. Através da análise de importantes pesquisas sobre o assunto, é possível observar a posição dos maiores jornais da época e seu modo de operação propagando o anticomunismo. Em 31 de Março de 1964, o jornal Correio da Manhã “derrubaria o presidente João Belchior Marques Goulart”, (LARANJEIRA, 2014, P. 139) e ainda neste dia o jornal não titubeou “O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual. Agora Basta!”. (LARANJEIRA, 2014, P. 139), não deixando dúvidas quanto a sua posição: “A nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Chegou ao limite à capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa dizer ao Sr. João Goulart: saia” (LARANJEIRA, 2014, p. 140). Esta posição de exaltação ao golpe, e repúdio a João Goulart foi abrangida entre os principais jornais de circulação do Brasil. Entre estes, O Globo, que cortejava os militares. Segundo Silva:

Em 02 de abril de 1964, como se viu, O globo saudava com deslumbramento o retorno da “democracia”: “Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser garantia da subversão, a escora dos agitadores o anteparo da desordem. [...] “Poderemos, desde hoje, encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez. “Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos”. (SILVA, 2014, p.133)

Numa conjuntura de amparo, a mídia não hesitava em se manifestar favorável a intervenção militar. Eis a forma como o presidente deposto pelo golpe militar, foi taxado pela Tribuna de Imprensa:

Escorraçado, amordaçado e acovardado, deixou o poder como imperativo de legítima vontade popular o Sr. João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuno-carreiristas-negocialistas-sindicalistas. Um dos maiores gatunos que a história brasileira já registrou. O Sr. João Goulart passa outra vez a história, agora também como um dos grandes covardes que ela já conheceu. (Jornal Tribuna da Imprensa, 1964 p.01)

O imaginário das pessoas foi sendo atingido pelas declarações e respaldos dados pela mídia. A imprensa brasileira tratava de diluir o regime por entre os brasileiros, como em forma de explicar o porquê da intervenção militar. Estava ajudando a enraizar um regime, que iria impor uma forma arbitrária de governo, inclusive posteriormente contra a própria mídia. A sociedade civil embarcava no discurso e dava carta branca para as ações repressivas que seriam impostas pelos militares.

A disseminação do medo foi uma das artimanhas utilizadas pelos militares durante a transição do governo civil para militar. Para estes, os brasileiros que apoiavam o golpe, dado contra a instabilidade política brasileira por qual passava o governo João Goulart, queriam, além disto, livrar-se da angústia que os causava o comunismo. Estes enxergavam nos militares uma maneira de acabarem com esta preocupação e sabidamente, os militares souberam usar destes artifícios para sacramentar o seu governo.

Porém nem só de apoio sustentou-se o golpe militar. Muitas correntes eram contrárias ao golpe em 1964, inclusive dentro das Forças Armadas, conforme recente declaração, dada a revista política Carta Capital, o então cabo Francisco

Jesus da Paz, além de outros cabos do Exército contrários a ação golpista, permaneceram por 15 dias em prontidão caso fosse dada alguma ordem por um chefe militar de patente maior, que autorizasse a resistência. A seguir passagens da entrevista. Segundo Francisco Jesus da Paz:

[...] Havia um esquema militar no governo Jango, e nós fazíamos parte desse grupo de resistência. Ficamos esperando a orientação para reagir ao golpe. Mas ela nunca veio [...] Chegamos ao ponto de, em um dado momento, o movimento de resistência ter armamento, tropas, tanques, mas não comandantes [...] (GOMBATA, 2014, p.01)

Neste período a maior figura política opositora ao golpe era Leonel de Moura Brizola¹¹. Fora o líder do movimento da legalidade, que em 1961 ajudou a garantir a posse de João Goulart, e era novamente a principal força de representatividade e influência política de resistência ao golpe. Porém assim como justificado pelo cabo Francisco, uma posição insuficiente para evitar o golpe.

A declaração de Jango de que não iria resistir, junto a falta de comando militar, fez com que os golpistas conseguissem instalar o governo militar sem maiores transtornos. Por todas as partes do território nacional, brotou um período que iria se caracterizar por um dos mais dolorosos, em nossa história nacional. Um governo de exceção que cassou mandatos políticos acabou com o habeas Corpus, e os direitos civis, reprimiram trabalhadores, estudantes, pequenos agricultores, ceifaram vidas, abortou sonhos, perpetuou a cultura do medo, que sufoca, atormenta, persegue, e deixa cicatrizes incuráveis, que nem mesmo o tempo consegue apagar.

Para as pessoas que presenciaram este período e sofreram na pele com os atos dos intolerantes, e desumanos dos militares, o tempo apenas amortece, mas não cala a dor. E por isto faz-se necessários incansáveis trabalhos no campo investigativo para dar conta de como o golpe civil-militar atingiu as cidades do Brasil,

¹¹ Leonel de Moura Brizola, político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), figura relevante na política brasileira, no período democrático pré 1964, protagonizou um dos maiores levantes civis, o movimento da Legalidade, responsável pela posse de João Goulart como presidente e tornou-se uma liderança importante das esquerdas brasileiras, influenciando os acontecimentos que desembocaram no golpe civil-militar que depôs Goulart e instaurou a ditadura militar no Brasil. (ALMEIDA, 2015, p. 03)

mesmo que menor ou maior grau. Como é o caso de Erechim foco desta pesquisa, e que será retratado no próximo e último capítulo.

4 O CLIMA DE MEDO E ANTICOMUNISMO EM ERECHIM: A CAÇA AOS SUBVERSIVOS

O golpe civil-militar atingia diretamente a cidade de Erechim e o clima de medo associado ao espectro comunista se perpetuava entre a população. A cidade localizada na região Norte do Rio Grande do Sul, no Alto Uruguai Gaúcho, cristalizava a paranoia anticomunista que tomava conta da sociedade e dos meios de comunicação. Os inimigos “internos da nação”, categoricamente classificados como subversivos eram o principal alvo desta paranoia.

Através da análise da principal fonte documental da mídia local, o jornal “A voz da Serra”, de janeiro até 10 de março de 1964, se percebeu que raras eram as notícias de ataque ao Governo de João Goulart. Esta posição, no entanto, mudaria consideravelmente a partir da data mencionada. Junto à ebulição do golpe em marcha, um dos principais meios de comunicação do período, junto ao rádio, entoava repúdio ao governo. E assim como no restante do país, distorciam a imagem do presidente, associando-o a figura de um governador ditatorial. Estampada na capa do jornal: A Voz da Serra, a notícia: Jango, o Fidel Brasileiro, por Jorge E. Cafruni resume um pouco este sentimento. Segundo trechos da notícia:

Bem sabemos que o gosto do mando, o recurso escuso de propaganda subversiva, de nítida inspiração estrangeira; os arremedos caricaturistas à Fidel Castro, em que o Presidente, vencendo os postos de mando com juras de cristão e democrata, revela-se a súbitas, coveiro da democracia e do cristianismo; bem sabemos que tudo isto, e mais ainda a sôfrega estatização totalitária, a internacionalização servil de dúvidas, inquietações e amargura para todos os brasileiros, vítimas de um desgoverno de dez anos, de que o atual presidente é um dos diretos responsáveis. [...] O que o povo teme, isto sim, é o totalitarismo do presidente. Pois Jango se revela agora, sem sombra de dúvidas, um autêntico Fidel Castro Brasileiro. (A Voz da Serra, p. 01, 24 de março de 1964)

A inquietude, a amargura, as dúvidas e o medo de um governo autoritário como descrito na notícia acima, dão a clareza da posição da mídia em relação ao governo de João Goulart. É notória a intenção de estampar logo na capa dos jornais, o que era defendido pelos que escreviam para os leitores. O recado estava dado, e era preciso ser absorvido. Leitores assíduos de jornal sabem que a capa, é o local onde estão as notícias de maior destaque. O jornal A Voz da Serra, instigava o seu

leitor já nas primeiras leituras a matutar sobre os acontecimentos que iam se sucedendo. O clima de tensão instaurado era propício para a propagação de uma oposição ferrenha ao governo.

Coincidência ou não, no dia 31 de março de 1964, o jornal A Voz da Serra, trazia o artigo escrito por Arlindo Pasqualini, no qual alertava sobre algo que parecia estar prevendo. Um golpe de estado, e uma ditadura militar estavam por vir. Segundo Arlindo, na ditadura:

Tudo funciona com precisão matemática, sob a direção de uma vontade rigorosa e incorruptível. Governo então é realmente governo, tal como todos sonhamos: um aparelhamento eficiente, rápido nas decisões e na ação. A justiça naturalmente, implacável com os criminosos e os desonestos, os quais serão metidos todos na cadeia. Eis aí apenas uma pequena amostra daquilo que imaginamos de uma ditadura. A realidade porém, é bem diversa. A ditadura é o regime que mais facilmente se corrompe. (A Voz da Serra, p. 02, 31 de março de 1964)

Além deste apontamento sobre a corrupção, outro elemento destacado nesta notícia, refere-se ao fato de que na prática, as ditaduras se distanciam de uma realidade sonhada e objetivada por apoiadores de golpes de estado. Um bom exemplo para esta comparação entre a teoria da conspiração, e a prática de governo, é o Sr. Carlos Lacerda. Como fora citado um dos pilares do movimento golpista, Lacerda, acabaria tendo de se exilar perseguido pelos militares.

Em 02 de abril de 1964, o jornal trazia na capa a mensagem do prefeito da cidade de Erechim, Dr. Eduardo Pinto, tranquilizando a população sobre o que estava acontecendo naquele momento no Brasil. Segundo este: “A população de Erechim deve aguardar os acontecimentos com calma, assim não teremos maiores problemas.” (A voz da Serra, p.01 02 de abril de 1964).

Esta ressalva feita a população traz consigo o que poderia ocorrer se houvessem agitações. A calma que o prefeito solicita, é um claro alerta para a contenção dos ânimos. A aceitação distanciaria a população de eventuais problemas. Neste mesmo dia, outras notícias ainda na capa, tinham o intuito de tranquilizar a população. Neste dia 02 de abril, o prefeito de Erechim, ainda declararia o Feriado Municipal. Conforme esta notícia:

O Prefeito Municipal, Dr. Eduardo Pinto, baixou portaria, decretando feriado municipal, por três dias em nossa cidade. O feriado municipal, foi decretado por medidas de segurança em face dos últimos acontecimentos verificados em nosso país. (Voz da Serra, p. 01, 02 de Abril de 1964)

O mesmo prefeito que pedia calma à população decretaria feriado municipal para garantir a segurança. O feriado declarado pelo prefeito refletia o clima de apreensão que atingia a cidade. Em Erechim como no restante do Brasil, o clima de instabilidade deveria dar lugar a um clima de paz e ordem. Na notícia: Destacamento Volante em Erechim, lemos que:

O Governo do estado criou dez destacamentos volantes da Brigada Militar do Estado, a fim de manter a ordem no interior do estado. [...] Nossa cidade que recebeu destacamentos será sede, devendo o destacamento atuar na região; O destacamento volante está sob comando direto do Cel Gonçalo Curio de Carvalho, e destina-se a levar a paz e a segurança na região. (A voz da Serra, p. 01, 14 de abril de 1964)

O cerco aos opositores também ia ganhando destaque na capa do jornal A Voz da Serra do dia 14 de abril de 1964. O jornal apresentava uma notícia que deixava clara a proposta de sufocar os direitos civis. Com menos de um mês do novo governo, o direito de ir e vir, já estava na mira dos militares. O jornal neste sentido servia como um fomentador dos ideais militares. Segundo a notícia:

Tendo em vista recentes consultas formuladas pelos juizes de direito do interior do estado está corregedoria geral, depois de auscultar o egrégio conselho superior da magistratura recomenda aos magistrados de primeira entrância que examinem com maior atenção os aspectos relativos a competência toda vez que lhes forem apresentados pedidos de “habeas-corpus” ou impetrados mandatos de segurança relacionados com os recentes acontecimentos ocorridos no país. (A Voz da Serra, p. 03 14 de Abril de 1964)

O senhor Aldori Nascimento em entrevista datada de 26 de junho de 2015, revela, um pouco o clima sentido pela cidade naquele período:

[...] Mas as pessoas sentiam na pele, que eles tinham que se resguardar porque senão eles eram punidos.
[...] Então havia esse medo. Também tinha a questão dos bairros. O que acontecia no regime militar. Foi colocado muitos postos policiais em muitos bairros da cidade. Então para manter a ordem, como eu mencionei no

começo, essas pessoas tinham que ficar em casa num certo período, uma certa hora da noite em diante, e eles tinham que ter este cuidado. E mesmo, então havia um sistema, que se dizia, guarda de quarteirão, que eles iam pelas ruas, iam nos bares e mandavam as pessoas se recolher pra casa num certo período. (NASCIMENTO, 26 de junho de 2015)

Ao ser questionado se estes fatos tinham repercussão nos rádios e jornais locais, o Sr. Aldori afirma:

Não, não, era uma ação policial, aí que entra a questão do medo. Eles não denunciavam porque podia haver uma punição maior. Porque estes policiais moravam dentro do bairro. Então geralmente era três, quatro policiais, então eles conheciam as pessoas um por um. Então se chegasse a denúncia lá na, e mesmo assim, chegasse a denúncia na delegacia, mesmo assim, tinha ainda o delegado na época lá ele apoiava essas ações militares, essas ações da polícia. (NASCIMENTO, 26 de junho de 2015)

A sensação de estar sendo vigiado constantemente inibia qualquer tentativa de aglomeração ou movimento contrário. A proximidade das pessoas com os militares tornava as ações destes muito mais eficazes. A caça aos subversivos era continua e constante. Para Aldori: “Assim sobre esses chamados subversivos. A questão maior, é que as pessoas tinham medo, então as pessoas, não agiam, não falavam nada”. (NASCIMENTO, 26 de junho de 2015). Porém, o silêncio era rompido quando alguém colaborava com os militares ao fazer denúncias anônimas sobre possíveis subversivos.

Em 14 de Fevereiro de 1965, já a alguns meses do golpe, Geder Carraro alertava no jornal *A Voz da Serra*, sobre os perigos das denúncias sem provas feitas pela população aos militares. Existia uma lista composta por 200 nomes suspeitos de realizarem atividades subversivas. Ao tempo que orientava qual deveria ser o papel da justiça diante destas “falsas” denúncias, ele denunciava que a indicação destes nomes estava muito mais ligada a “rixas” pessoais do que a comprovadas atividades subversivas.

Uma denúncia direta do abuso de autoridade, dada pela associação de militares aos civis que contribuíam para a identificação de subversivos, muitas vezes com o intuito de vingar-se de alguém, uma espécie de acerto de contas. Segundo escreveu Geder Carraro:

Diante de certas pessoas que temos conhecimento no famoso e cômico listão, e das pessoas que acusaram, podemos salientar, que trata-se mais de vingança pessoal do que baseados em fatos comprovados [...] A justiça de nossa cidade não pode silenciar diante de tão grave denúncia, uma vez que foram denunciados elementos de atividades subversivas. Os nomes devem ser divulgados bem como dos que denunciaram. Os primeiros devem ser processados e condenados, retirados de nossa circulação, para sossego de nossas famílias e de nossa pátria. Os segundos, devem ser homenageados pela população por demonstrarem que são verdadeiros patriotas. Verdadeiros brasileiros, verdadeiros erexinenses, banindo de nossa sociedade elementos subversivos. [...] (A Voz da Serra 14 de Fevereiro de 1965)

Esta situação demonstra que durante o regime militar, colaborar implicava muitas vezes aliar-se e cooperar. Nesta mesma data, Carraro, fez questão de posicionar-se em defesa do redator do jornal, que no listão constava como agitador. Uma pequena mostra de como os jornalistas de Erechim já estavam sendo rotulados. A preocupação de se identificar e dar nome aos envolvidos são visíveis, quando este afirma que:

Agora, se agitar é denunciar e promover na calada da noite reuniões para vinganças pessoais, se agitar é esconder-se no anonimato de uma denúncia, então não somos culpados e que os denunciadores passem a categoria de acusados e venham ao banco dos réus para responderem por um ato leviano e impensado. Temos a ombridade de dizermos que fomos acusados de agitadores, queremos agora saber se os acusadores que pensam estar no anonimato, possuem também a ombridade de virem de público confirmarem suas denúncias. [...] Sempre estivemos na primeira linha de combate, e não será desta vez que calaremos diante de mais uma grave injustiça que está para ser concretizada em nossa cidade. [...] Não nos calaremos enquanto não forem apontadas, publicamente, os nomes dos agitadores, dos acusados e dos acusadores. (A Voz da Serra, 14 de Fevereiro de 1965)

Ao tempo em que sufocavam a nação e seus representantes eleitos democraticamente, os militares atingiam todas as esferas públicas. Dentro do jornalismo local foi possível observar a princípio uma posição de apoio ao golpe - muito por não conhecerem os reais objetivos do regime militar - contrastando com a censura gradativa imposta aos meios de comunicação pelos militares. Um indício de que os jornais se inclinariam posteriormente para a tutela dos militares. Em data de 16 de maio de 1965, o jornal A voz da Serra, trazia a seguinte notícia:

Erechim está em estado de sítio? Não sei quem amordaçou a imprensa escrita e falada. Nossos amigos do interior não podem trazer mais nenhuma galinha de presente, pois são apreendidos pelos soldados da Brigada Militar. Uma vez é por falta de notas, outra é por excesso de notas. As ruas de nossa cidade estão começando a ficarem desertas. (A Voz da Serra, 16 de maio de 1965)

Notícia esta, que denuncia os abusos impostos pelos soldados da Brigada Militar, prática que contrariava o discurso do Cel. Gonçalino Curio de Carvalho. Afirmava ele que o papel dos militares era garantir segurança e tranquilidade à população Erechinense. Nas palavras do Cel. Gonçalino em entrevista ao jornal a Voz da Serra de 19 de maio de 1965:

Mas faço questão de frisar, que nenhuma pessoa será perturbada, será intranquilizada, será admoestada, nos seus afazeres normais, se nada tiverem a pagar, nada tiverem devido de suas transações anteriores. [...] Estejam todos seguros, todos os que leem, de que aqui estamos para dar segurança, tranquilidade, indistintamente de cor, política partidária, religiosa, de quem quer que seja, desejamos o bem estar e o progresso desta sociedade e estamos ao dispor dos repórteres para os esclarecimentos que se fizerem necessários. A todos minha disposição de esclarecimentos e dizer como deveremos agir para o futuro. (A Voz da Serra, 19 de maio de 1965)

Nesta mesma entrevista, o Cel. Gonçalino assegura que nenhum tipo de desarmamento fora feito. E ainda, que seriam apenas falsos boatos. Para ele:

Todos os portes de armas em vigor têm sido por nós respeitados mesmo as pessoas detidas e que tenham porte em vigor, ao serem postos em liberdade levam sua arma de volta, e todos os que têm porte de arma vigorante e que quando portarem a sua arma levarem o porte junto são respeitados, pois estamos aqui para respeitar a lei, não há de ser de nós que há de partir o desrespeito aquilo que nós mesmos prescrevermos. [...] (A voz da Serra 19 de Maio de 1965)

O General do III Exército Benjamin Galhardo inclusive já havia afirmado em uma notícia publicada no jornal Diário de Notícias, que não havia apreensão de armas. Segundo este, “[...] Não me consta também que as autoridades estaduais

tenham feito alguma apreensão deste gênero”. (Diário de notícias, p. 05, 10 de março de 1964).

No entanto, uma correspondência direcionada por Alvadi Munaro, então vereador do município de Viadutos, pelo PTB, hoje um senhor de 82 anos morador desta cidade próxima de Erechim e pertencente à região do Alto Uruguai Gaúcho, direcionada ao deputado Estadual Sigfried Heuser e ao deputado Federal José Mandelli Filho, ambos do PTB, em 07 de novembro de 1964, contrariava o que havia dito o Cel. Gonçalino. Nesta correspondência o Sr. Alvadi Munaro expõe os fatos da seguinte maneira:

1º parte- Sabe bem V. Excelência que na zona da serra veio à polícia Volante no comando do Coronel Gonçalino Curio de Carvalho, a qual esteve aqui em Viadutos, procedendo desarmamento ao povo, levando verdadeiras joias revólver-espingardas de melhores fabricantes no valor elevado deste povo. 2º parte- Todas as armas que estamos reclamando, estavam legalmente registradas conforme pede a lei, as pessoas aqui desarmadas não pertencem a nenhum grupo dos (11) sendo também incluído o Presidente do P.S.D e todas pessoas de responsabilidade. (MUNARO, 7 de Novembro de 1964)

Uma declaração feita por um conhecido de Seu Alvadi afirma que, o mesmo estava apenas zelando pelo povo de Viadutos que fora diretamente atacado pelo destacamento do Cel. Gonçalino. Assina a declaração o Sr. Egidio Angelo Baratto. Nesta o mesmo afirma que:

[...] conheço o Sr: Alvadi Munaro, vereador PRESO, pelo comando do Coronel Gonçalino, com sede em Erechim, no ano de 1964, que ficou detido incomunicável por muitos dias, sendo prejudicado grandemente pelo motivo comercial, uma vez que junto com seus PAIS, tinham comércio. Depois do acontecido, o vereador, continuou na luta, pois em Viadutos vieram acontecer muitos fatos, de perseguições e DESARMAMENTO DE ARMAS, com maior injustiça, pois muitas eram registradas, conforme determina a lei. (BARATTO, 1964)

Ao ser preso o Sr. Alvadi Munaro entrou junto com outro vereador o Sr. Albino Cadore com um pedido de habeas corpus, através de seu advogado com escritório em Erechim, o Sr. Gladstone Osorio Marsico. Neste Habeas corpus, o advogado informa o Juiz de Direito de Viadutos o que seu cliente havia relatado:

1. Os pacientes são vereadores do município de Viadutos e, ontem á noite após o término da sessão, mas ainda no recinto da câmara, discutiram com o Presidente daquele legislativo, Sr. CAETANO ALEGRETTI que, sentindo-se atingido nos seus melindres de autoridade e poder, ordenou fosse chamado o Sr. Delegado de Polícia para autuar em flagrante os pacientes:

2. Ato contínuo foram detidos por aquela autoridade, que os trouxe a esta comarca para iniciar o processamento regular do flagrante e liberá-los mediante fiança. Todavia, o Sr. CAETANO ALEGRETTI, não satisfeito com isso, veio também a Erechim e levou o fato ao conhecimento do Coronel Gonçalino Curio de Carvalho, Comandante do Destacamento da Brigada que, pelo adiantado da hora, acreditando tratar-se de crime sujeito á sua competência, determinou a prisão dos pacientes, mantendo-os incomunicáveis até este momento. (MARSICO, [1964?])

A arbitrariedade da posição tomada pelo Coronel Gonçalino atropelou qualquer direito de defesa dos condenados, tomando este sua posição, com base em denúncias e suposições. Ao relembrar-se do caso, o Sr. Alvadi Munaro não esconde o sentimento de ter sido injustiçado. Nas palavras deste:

Daí Que me levaram embora, preso. Daí que tivemos que fechar a loja porque quebremos. Não tinha mais dinheiro para pagar ninguém [...] Já fui tomando ferro. (Risos) [...] Sai da câmara de vereadores, eu estava discursando, o presidente escapou, batia a campainha assim. Caço a palavra, caço a palavra. Tu não caça a palavra de ninguém eu dizia pra ele assim, porque tu fez a mesma sujeira que os caras fizeram, tu é participante, e Bah! Me distribuíram pau, e assim foi, ele escapou, escapou outro, escapou outro, fiquei eu lá e mais um outro. Não deu outra. Quando eu sai lá a pauleira velha pegava solto (MUNARO, 14 de outubro de 2015).

Passados 51 anos deste episódio o Sr. Alvadi Munaro é categórico ao afirmar que:

Da Revolução todo mundo tinha medo. Todo mundo tinha medo! Quando eles vieram aqui á primeira vez atrás das armas ai, este pessoal ai, mas não saiam nem pra fora de casa de medo. Todo mundo tinha medo! Eles chegavam em sete oito aqui nessa casa aqui. Chegaram na loja do meu pai ali, derrubavam tudo no chão, as prateleiras. Tudo, tudo no chão. E o meu pai, mas o que é isso rapaz? Cala a boca velho ! Pá! Pá! Ora todo mundo sabia que o meu pai apanhava ali, lá dentro. Há o que que é isso! E eu fui lá tirar uma satisfação. Por que que tão tirando as armas dos caras ali? Gente que não cometeram um crime. O padre não deu um tiro em ninguém. Esse Tomé também ai não deu tiro em ninguém. [...] (MUNARO, 14 de outubro de 2015).

Ao ser questionado se os militares informavam o porquê dos desarmamentos, “Eles só chegavam assim, O Senhor tem uma arma assim, assim, assim”? Tenho sim! Tenho! Então traz pra cá! [...]. Tinha que ficar bem quieto para não apanhar... [...] E eles, cala boca velho e batiam no velho. A minha mãe na cozinha, eles puxavam as gavetas e ela falava: escuta vocês estão quebrando tudo aí, para que isso aí? E eles a mandavam calar a boca e batiam nela. Até numa velhinha, bem velhinha, surraram ela, até isso eles faziam [...] Olha, o que eu e os meus pais passamos aqui, eu não desejo pra ninguém. Mas não desejo pro maior inimigo meu, o cara que não gosta da minha cara, nem pra ele eu desejo um mal assim [...] (MUNARO, 14 de outubro de 2015).

O Sr. Aldori Nascimento afirma que de fato ocorria esta ação de desarmamento realizada a mando do Coronel do Destacamento Volante da Brigada Militar:

[...] Gonçalino! E ele se instalou no bairro Três Vendas, num pavilhão grande tinha ali, e veio com um batalhão praticamente, para reprimir os chamados subversivos, chamados na época ali né. E também, e também para coibir a desordem os movimentos contra a revolução, e também, e também para tentar manter a ordem na cidade. Então, o que foi instalado na época aí... Eu era menino, mas o meu pai como era ferroviário, ele era empregado do estado, era funcionário público, e aquele tempo era muito comum às pessoas usarem armas. Então se alguém era denunciado que usava arma. Eles tomavam as armas era muito perseguido. (NASCIMENTO, 26 de junho de 15).

O Cerco às liberdades, e a ação de repressão eram bem executadas pelos militares. A disparidade entre o discurso de proteção e manutenção da paz e da ordem contradizia com as ações impostas pelo Cel. Gonçalino e seus subordinados. Os desarmamentos e saques em propriedades eram feitos, sob a alegação de que as pessoas tinham alguma atividade subversiva, ou até mesmo algum vínculo com o grupo dos onze.

Como no caso do Sr. Arquimino Assmann, que durante uma dessas revistas acabou preso por um simples fato: ser um ouvinte e admirador de Leonel de Moura Brizola. Arquimino morava no interior do município de Gaurama, cidade próxima de Erechim, e fora submetido à tortura, uma das práticas mais espúrias dos militares. O jornal Diário da Manhã, em data de 22 e 23 de agosto de 1998, fez uma reportagem com a viúva do Sr. Arquimino Assmann. Conforme a notícia:

Na comunidade de Baliza, interior de Gaurama, mora Vitória Assmann, 70, viúva e mãe de 14 filhos. O seu marido, Arquimino Assmann, falecido há 19 anos, sempre ouvia num pequeno rádio a voz de seu ídolo político Leonel de Moura Brizola, que foi governador entre 1959 e 1963. Um dia Arquimino foi chamado a Delegacia de Polícia de Gaurama, onde foi detido e trazido ao presídio de Erechim. De sua casa, os filhos pequenos viram quando o pai passou pela estrada e nem sequer dirigiu-lhes a palavra. Eles correram contar para a mãe, que ficou à sua espera sem saber se ele voltaria um dia. Arquimino ficou preso durante seis dias. Queriam obriga-lo a confessar que possuía armas escondidas no porão da casa. Ele não tinha armas e não confessou, mas foi amarrado no pau de arara, surrado e torturado até com pingos de gasolina, que caíam sobre a sua cabeça. Também não recebeu comida e nem água. Enquanto esteve preso, a sua casa foi invadida por homens armados, que procurava por armas. Quando foi solto, Arquimino chorava constantemente, quase não falava e nem queria receber visitas. [...] (Diário da Manhã, sábado e domingo, 22 e 23 de agosto de 1998)

Esta forma de agir associando cidadãos comuns, a grupos de resistência, como o grupo dos onze, era um corriqueiro discurso dos militares utilizado para realizar perseguições e apreensões. O grupo dos onze, que reunia resistentes ao regime, tinha para os militares um tamanho muito além do real. Para os militares, estes eram diversos e estariam espalhados por toda a região inclusive em Erechim. Era mais uma das paranoias disseminadas pelos militares.

Outro caso relevante de prisão ocorreu em Mariano Moro, município do Alto Uruguai Gaúcho, e que fora levado a julgo nos presídios de Severiano de Almeida e Erechim. O Sr. Leopoldo Chiapetti, foi outra vítima das práticas coercivas dos militares. Conforme o “Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1965)” na página 94:

Nascido em 17 de junho de 1906, em Garibaldi (RS), filho de Giacomo Chiapetti e Serena Chiapetti. Morreu em 21 de Maio de 1965.

O livro Direito à Memória e à Verdade diz que:

Leopoldo Chiapetti foi preso em sua casa, na cidade de Mariano Moro (RS), no dia 30/04/1964, pela Brigada do estado do Rio Grande do Sul, sob a acusação de participar do chamado Grupo dos Onze de Mariano Moro, ligado a Leonel de Moura Brizola. Um relatório da Delegacia Regional de Polícia de Erechim, de 30/04/1964, afirmava que ele era presidente do Grupo dos Onze e fora enquadrado no Art. 24 da LSN. Durante o período em que ficou preso, na Delegacia de Severiano de Almeida e no presídio regional de Erechim, de 30 de abril a 21 de maio de 1964, sofreu torturas físicas em todo o corpo, inclusive órgãos genitais, afogamento em água gelada e choques elétricos, e também torturas psicológicas, permanecendo nu e incomunicável durante todo o período de detenção [...]

No dia 03/05/1964 foi internado em decorrência das lesões resultantes e ficou sob custódia da Polícia, no Hospital Santa Terezinha, de Erechim, conforme documentos do Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Posto em

liberdade no dia 21/05/1964, era obrigado a comparecer semanalmente na Delegacia de Severiano de Almeida para assinar o livro dos “elementos vigiados”

Em consequência dos maus-tratos, sua saúde ficou debilitada e morreu em 21 de maio de 1965. As testemunhas Jofre Laurau e Artêmio Mocelin confirmaram os fatos. Consta também do caso na Comissão Especial a declaração do conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, Celso Testa, confirmando que Chiapetti era um grande líder político na região de Mariano Moro e que as torturas foram praticadas a mando do coronel da Brigada Militar Gonçalo Curio de Carvalho. (ALMEIDA, Criméia Schmidt de. et. al. 2007, p. 94).

No cotidiano das pessoas, talvez passasse despercebido às práticas abusivas de torturas, mas conforme seu Aldori Nascimento: “mais era uma tortura, aqui em Erechim, dá pra se dizer em termos, que era mais uma tortura psicológica” (NASCIMENTO, 26 de junho de 2015). Não se pode afirmar que a grande maioria das prisões acabava em sessões de tortura física, mas percebe-se que ela não deixava de ser praticada.

Para as pessoas que vivenciaram os dias que se sucederam ao golpe civil-militar, este movimento foi muito além de uma ação insurgente de golpistas descontentes com o governo de João Goulart. Ao invadirem residências sem autorização, ao não permitirem que pessoas se reunissem para dialogar, ao impedirem que qualquer manifestação contrária ao regime se propagasse, os militares disseminavam o medo entre as pessoas, que ao calarem-se e não agirem, davam aos militares o poder de pautar seu regime com base no silêncio e na repressão a liberdade de expressão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho nos propomos discorrer acerca da disseminação do medo e do espectro anticomunista em Erechim no emergir do golpe civil-militar de 1964. Com base na averiguação das fontes disponíveis no Arquivo Municipal Juarez Miguel Illa Font, e das entrevistas realizadas com pessoas que vivenciaram o período, foi possível dar embasamento para tal proposta. Ao analisar os jornais do período, foi possível verificar o discurso anticomunista e contra o governo de João Goulart. Ao se realizar as entrevistas, observou-se o clima de medo instaurado em Erechim.

Relatos de torturas e prisões elucidaram a forma arbitrária de agir dos militares, postas a julgo com o seu discurso de segurança e manutenção da ordem. As práticas de torturas deixaram cicatrizes incuráveis, interromperam vidas, e alteraram destinos, mas continuaram existindo. Atrelam-se a isso, algumas cristalizações de ações repressivas, que continuam sendo executadas de maneira arbitrária e desumana. Pessoas são taxadas como “bandidos”, “desocupados”, “arruaceiros” “anarquistas”, “comunistas”, de “Extrema-direita”, de “Extrema-Esquerda” apenas por expressarem ideologias e posições. O estado denomina o sujeito que recebe uma espécie de etiqueta da sociedade, que dá respaldo para ações repressivas.

Para extorquir informações, uma velha prática continua sendo utilizada. A tortura física e psicológica continua sendo realizada para extorquir informações a todo custo. A notícia que segue do jornal Correio do Povo, do dia 06 de Outubro de 2015, condiz com esta maneira astuta, ainda muito utilizada por militares. A notícia intitulada: “Sete brigadianos indiciados por torturas”, denuncia este problema ainda vigente:

Sete policiais militares foram indiciados pela Polícia Civil pelo crime de tortura. A ação ocorreu na localidade de Linha São Paulo, interior de Canela, na Serra. Um suspeito de tráfico de drogas e uma criança teriam sido torturados. O crime teria ocorrido em julho de 2014. Segundo a Polícia Civil, os policiais militares teriam perseguido uma motocicleta, cujo condutor teria fugido. Este entrou em uma residência e foi perseguido pelos PMs, que invadiram a propriedade. De acordo com os PMs, no local foi localizado 1,1 quilo de maconha. A droga estava em uma mesa. No entanto, as vítimas denunciaram que os brigadianos agrediram o filho do suspeito- um menino de 10 anos- para descobrir o paradeiro da droga. “Mesmo com a droga estando na sala do imóvel, o procedimento (prisão) levou pelo menos quatro horas para ser levado ao conhecimento da Polícia Civil”, afirmou o delegado

Vladimir Medeiros, titular da DP Canela. Segundo o Medeiros, os soldados do 1º BPat teriam interrogado a criança, que revelou não ter conhecimento do tráfico. Em função da negativa, os policiais militares teriam colocado um saco plástico na cabeça do menino, desferido tapas em sua nuca e o empurrado. O garoto teria sido obrigado a caminhar por cerca de uma hora, com armas apontadas para sua cabeça. “Vítimas e testemunhas relatam que o menino e o homem foram submetidos a intenso sofrimento físico e mental”, afirmou Medeiros. A polícia Civil também anexou ao inquérito laudo técnico atestando que o garoto passou a ter problemas psíquicos e de convívio social após a ocorrência. “Houve necessidade de acompanhamento médico e uso de medicamentos”, contou o policial. “O que deixa claro o sofrimento intenso de ordem mental que teve o menino.” (Correio do Povo, 06 de outubro de 2015, p. 24)

Sobre os fatos, a polícia militar não quis manifestar-se:

Para a delegada Elisangela Reghelin, da Delegacia Regional, o crime é extremamente grave. “Tortura é um método medieval”, acrescentou a delegada. Elisangela lembrou que a investigação do crime foi dificultada pela “falta de cooperação” da Brigada Militar. Os policiais militares, ressaltou ela, não prestaram depoimento na DP sobre o episódio. “As versões dos PMs, foram repassadas a partir do IPM, mas somente após determinação judicial”, criticou a delegada. “Tentamos contato com o comando do 1º BPat para os PMs prestarem depoimento mas não obtivemos sucesso.” (Correio do Povo, 06 de outubro de 2015, p. 24).

Esta herança de prática de torturas atrelada aos militares se propaga por gerações, e continua atingindo pessoas com resquícios de crueldade. Infelizmente, notícias como a acima citada não são novidade. Por isto é necessário destacar esta notícia com o objetivo de elucidar os resquícios de um passado recente, e para que estes não caiam no esquecimento¹². O silêncio e o clima de tensão que planavam sobre o Brasil no início da década de 60 parece ter deixado sua brisa nos dias atuais.

Apesar de não se tratar da mesma cidade, as práticas de torturas e agressões são similares as praticadas em Erechim contra pessoas como o Sres. Arquimino Assmann e Leopoldo Chiapetti citados neste trabalho. Neste contexto é preciso

¹² O desconhecimento e a desvalorização deste passado contribui para que novas gerações tenham tido uma formação insuficiente em termos políticos, tanto em relação a uma consciência cidadã ética, quanto na exigência intransigente dos Direitos Humanos. Desconhecer a importância destes efeitos impede de perceber o significado da desconexão entre gerações. Há uma história dos pais e dos avós que foi cortada dos filhos e dos netos. O futuro pode reservar momentos de tensão e é claro que, caso isso ocorra, a ausência da apropriação dessa experiência social poderá ser fatal para aqueles que deverão enfrentar esses desafios. (PADRÓS, 2012, p. 80).

romper com o medo, denunciar toda forma de abuso para que a cultura do silêncio não se perpetue e continue sendo utilizada como uma válvula para o esquecimento. Por isto a necessidade de seguirem-se trabalhos deste cunho, a fim de que não apenas nunca mais aconteçam, mas que sirvam de exemplo de quão inescrupulosas são as práticas de tortura impostas por governos autoritários.

Como diz o poema “Rondó da Liberdade” de Carlos Marighela:

É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer. Há os que têm vocação para escravo, mas há os escravos que se revoltam contra a escravidão. Não ficar de joelhos, que não é racional renunciar a ser livre. Mesmo os escravos por vocação devem ser obrigados a ser livres, quando as algemas forem quebradas. É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer. O homem deve ser livre. O amor é que não se detém ante nenhum obstáculo, e pode mesmo existir quando não se é livre. E, no entanto ele é em si mesmo a expressão mais elevada do que houver de mais livre em todos os gamas do humano sentimento. É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer. (MARIGHELLA, 1995, p.96)

A partir do estudo realizado, percebemos que, o medo se disseminou entre as pessoas de forma direta e indiretamente. A repressão ocorria concomitante a políticas relacionadas ao governo de exceção que a partir do cerceamento de liberdades individuais, passou a talhar a mentalidade de gerações, que estavam expostas a práxis espúria do governo. Constatamos através dos relatos colhidos, como o discurso dos militares, não correspondia as suas ações. Ao tempo em que estes pregavam a manutenção da segurança e da ordem, agiam de maneira truculenta e arbitrária, na busca por uma sociedade silenciosa e inerte aos mandos e desmandos dos agentes da repressão. O espectro anticomunista foi a válvula da disseminação do medo, uma vez que, tudo relacionado ao comunismo, em todas as estâncias, fora tratado como uma doença a ser extirpada da nação. Os inimigos internos deveriam ser caçados a todo custo, e eliminados de forma sumária e sem o direito básico de defesa e contestação.

Percebemos que mesmo as pessoas mais simples e humildes, sem ligação com partidos políticos e correntes ideologicamente de esquerda, ou associadas a movimentos sociais, eram perseguidas, furtadas, presas, torturadas pela mão opressora do Estado. O coronel Gonçalino Curio de Carvalho, assim como seus demais subordinados responsáveis pela “caçada humana”, desumanizaram pessoas

e deixaram cicatrizes que o tempo amortece, mas não cala a dor. Parentes ainda sentem mágoas de um passado muito recente. Pessoas como o Sr. Alvadi Munaro parecem ter parado naquele período. Um claro sinal de quem sofreu diretamente a repressão militar, carregando consigo um sentimento imensurável.

Em suma, a disseminação do medo, ocorreu de acordo com os interesses de um Estado, que em tese deveria zelar pela segurança, pela boa política, pelo combate a corrupção, e principalmente pelo desenvolvimento do Estado nacional, não sendo aquilo que ocorreu de fato ao longo das duas décadas em que o golpe provisório tornou-se um regime sanguinário e atroz a todos aqueles que ousaram questioná-lo. Para que as muitas mortes não tenham sido em vão, para que a ditadura assassina nunca mais reapareça, para que vozes não se calem, novas vidas não sejam ceifadas, e sonhos não se interrompam, para que a democracia se fortaleça, lembremos para sempre do dia que durou 21 anos. Nunca mais ditadura no Brasil!

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.

_____. **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

ALMEIDA, Criméia Schmidt; TELES, Janaina de Almeida; LISBÔA, Suzana Keniger. **Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)**, 2ª edição, 1ª reimpressão 2009, Imprensa Oficial, São Paulo: 2009.

ALMEIDA, Marli de. **Os “perigosos” Grupos de Onze Companheiros e sua repressão no Alto Uruguai Gaúcho**, XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015. Disponível em:
<http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434368213_ARQUIVO_Osperigososgruposdeonzecompanheiros.pdf> Acesso em: 07 out. 2015.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais**, 20ª Edição, Ed. Vozes; Petrópolis, 1987.

BAUER, Carolina Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e Ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)**. Disponível em:
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7422/000543916.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 mar.2015.

BAUMAN, Zygmunt, **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; TAVARES, Maria Conceição. **A mundialização do capital e a expansão do poder americano in: Poder Americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BIAGI, Orivaldo Leme. **O imaginário da Guerra Fria. Revista de história regional**. 2007 Disponível em:
<<http://www.eventos.uepg.br/ojs2/index.php/rhr/article/viewFile/2119/1600>> Acesso em: 10.jun.2015.

COUTO, Ronaldo Costa. **Memória viva do regime militar**. Rio de Janeiro e São

Paulo: Ed. Record, 1999.

FERNANDES, Ananda Simões. **A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/326509/mod_resource/content/1/A%20reformula%C3%A7%C3%A3o%20da%20Doutrina%20de%20Seguran%C3%A7a%20Nacional%20pela%20ESG_Gepol%C3%ADtica%20e%20Golbery%20Couto%20e%20Silva.pdf. Acesso em: 20 mar. 2015.

FERREIRA, Argemiro. **Caça as Bruxas, Macartismo: uma tragédia americana**. Porto Alegre: L&PM: 1989.

GOMBATA, Marsílea. A Resistência Militar Contra o Golpe de 1964. **Revista Carta Capital**, São Paulo. 17 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-resistencia-militar-contr-o-golpe-de-1964-4212.html>. Acesso em: 04 jan. 2015.

GUERRA, Tiago Cavalcante. **A práxis e as representações ideológicas do general Jayme Portella: a “linha-dura” no cenário político brasileiro (1964-1969)**. São Paulo: [sn], 2008. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp062110.pdf>.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Caminho das Letras, 1995.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. **A mídia e o regime militar**. Porto Alegre: [sn], Sulina, 2014.

MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti à prisão**. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense; Salvador: EdUFBA: Olodum, 1995.

PADRÓS, Enrique Serra. **Ditadura Brasileira: Verdade, Memória e Justiça**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/hist/article/viewFile/3262/1939> Acesso em: 19 abril 2015.

_____. **Orgs. CONE SUL em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente**. Porto Alegre: Evangraf / UFRGS, 2013.

_____. **As escolas militares dos Estados Unidos e a Pentagonização das forças armadas da América Latina**. Porto Alegre, 2007. Disponível em:

http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/358/294. Acesso em: 21 abril 2015

PASTANA, Débora Regina. **Cultura do medo e democracia: um paradoxo brasileiro**, Londrina, 2005, Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/2172/186>> Acesso em: 13 de maio de 2015.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. **Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares na década de 1960**. Revista Brasileira de Política Internacional. [S. l.: s. n.], 2000.

SILVA, Juremir Machado da. **Jango, a vida e a morte no exílio**. Porto Alegre: Sulina: [sn], 2013.

_____. **1964. Golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 5ª edição, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1ª edição, 1965.

SYRETT, Harold. Documentos históricos Estados Unidos. São Paulo: Cultrix: [sn], 1995.

VALIM A. Busko Imagens vigiadas: uma história social do Cinema no alvorecer da guerra fria, 1945-1954. **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526864016>>. Acesso: 12 jun.2015.

SITES

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm> Acesso em 12 de maio de 2015.

Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/sociedade-armadas-debate-militares-defesa-nacional-seguranca/escola-superior-de-guerra-de-segurana-nacional>>_Acesso em 12 de maio de 2015.

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_militares_e_o_governo_JG> Acesso em 12 de maio de 2015.

Disponível em:

<http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434368213_ARQUIVO_Osperigososgruposdeonzecompanheiros.pdf>. Acesso em: 07 de outubro de 2015.

JORNAIS

CAFRUNI, Jorge E. Jango, o Fidel Brasileiro. **A Voz da Serra**. Erechim, 24 de março de 1964, p. 01.

CARRARO, Geder. Legião Brasileira Anticomunista. **A Voz da Serra**. Erechim, 10 de março de 1964, p. 01.

CARRARO, Geder. “A população deve aguardar os acontecimentos com calma”. **A Voz da Serra**. Erechim, 02 de abril de 1964, p. 01.

CARRARO, Geder. Destacamento Volante em Erechim. **A Voz da Serra**. Erechim, 14 de abril de 1964, p. 01.

CARRARO, Geder. Habeas Corpus. **A Voz da Serra**. Erechim, 14 de Abril de 1964, p.03.

CARRARO, Geder. “Aqui estamos para dar segurança e tranquilidade”. **A Voz da Serra**. Erechim, 19 de maio de 1964, p. 01.

CARRARO, Geder. O Listão. **A Voz a Serra**. Erechim, 14 de fevereiro de 1965, p. 04.

CARRARO, Geder. Decretado feriado municipal. **A Voz da Serra**. Erechim, 14 de fevereiro de 1965, p.04.

CORREIA, Estevão. De sobreaviso, o III exército não se prestará a provocações. **Diário de Notícias**, Erechim, 10 de março de 1964, p. 05.

CORREIA, Ernesto. Lacerda: Goulart já não sabe faz. **Diário de Notícias**. Erechim, 15 de março de 1964, p. 01.

CORREIA, Ernesto. Goulart quer plebiscito e poderes para legislar. **Diário de Notícias**. Erechim, 17 de março de 1964, p. 01.

CORREIA, Ernesto. RGS, solidário como o congresso e contra os ataques ao regime. **Diário de Notícias**. Erechim, 17 de março de 1964, p. 01.

CORREIA, Ernesto. Democracia Mobiliza Nação. **Diário de Notícias**. Erechim, 21 de março de 1964, p. 01.

CORREIA, Ernesto. General Olimpio Mourão: “Goulart não merece ser o guardião da Lei Magna”. **Diário de Notícias**. Erechim, 01 de abril d 1964, p. 03.

CORREIA, Ernesto. Preso o Almirante Candido de Aragão. **Diário de Notícias**. Erechim, 02 de abril de 1964, p. 04.

CORREIA, Estevão. Não se fala mais em comunismo. **A Voz da Serra**. Erechim, 16 de maio de 1965, p. 01.

FERNANDES, Helio. Pela Recuperação do Brasil. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, 2 de Abril de 1964, p.1

FREITAS, Osório Tuwuty de Oliveira. “Ou as Forças Armadas acabam com “eles” ou “eles” acabam com as Forças Armadas. **Diário de Notícias**. Erechim, 29 de março de 1964, p. 13.

PASQUALINI, Arlindo. A Ditadura. **A Voz da Serra**. Erechim, 31 de março de 1964, p. 02.

RAMOS, Halder. Sete Brigadianos Indiciados por Tortura. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 06 de outubro de 2015, p. 24.

EX-PRESOS políticos pedem indenização. **Diário da Manhã**. Erechim, 22 e 23 de agosto de 1998, p. 13.

ENTREVISTAS

NASCIMENTO, Aldori. Aldori Nascimento: depoimento. Entrevistador: Wagner William Pereira. Erechim, 26 de junho de 2015.

MUNARO, Alvadi. Alvadi Munaro: depoimento. Entrevistador: Wagner William Pereira. Viadutos, 14 de outubro de 2015.

ARQUIVOS

Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, Erechim/RS, 2015.

Arquivo particular de Alvadi Munaro, Viadutos/RS, 2015.

DOCUMENTOS

MÁRSICO, Gladstone O. **Habeas Corpus**. [1964?]. Peça processual.

BARATTO, Egídio A. **Declaração**. 1964. Arquivo pessoal de Alvadi Munaro.